



BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO MUNICÍPIO DA BATALHA

EXERCÍCIO DE 2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO	9
PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	11
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços	11
1.1. Composição da Câmara Municipal	11
1.2. Composição da Assembleia Municipal	12
1.3. Organização dos Serviços	13
PARTE II - RECURSOS HUMANOS	15
1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	15
1.1. Controlo do Mapa de Pessoal	15
1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal	16
1.3. Absentismo / Assiduidade	18
PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL	19
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	19
1.1. Execução Orçamental da Receita	19
1.2. Execução Orçamental da Despesa	20
1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano	22
1.4. Indicadores de Gestão orçamental	23
2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
2.1. Análise ao Balanço	27
2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)	32
2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)	34
2.4. Análise à Demonstração de Resultados:	35
2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial	39
2.6. Anotação de factos relevantes:	41
2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:	41
2.8. Considerações Finais:	42

(Página propositadamente deixada em branco)



INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório reportado ao exercício económico de 2016, o qual procura ser clarificador quanto à origem das receitas e aplicação das despesas, bem como à situação económica e financeira da Autarquia e seu desempenho, traduzido em alguns indicadores de atividade.
2. Com este Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, **pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira do Município da Batalha**, reportada a 31 de dezembro de 2016, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões do munícipe.
3. Atividade concretizada num quadro caracterizado já por alguns indicadores de melhoria económica e social em termos nacionais, mas que não deixou de traduzir ainda grandes dificuldades na vida quotidiana das populações e dos municípios.
4. É nesse quadro que submetemos à apreciação dos órgãos do Município um quadro de avaliação que, no essencial, confirma a possibilidade de colocar ao serviço da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Batalhenses as oportunidades que se nos deparam para consolidar o caminho que permite desbravar um futuro melhor para todos.
5. A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, e os resultados alcançados no quadro da intervenção municipal, permitem-nos concluir que, colocando as capacidades disponíveis no Município ao serviço de todos, **fomos capazes de contribuir num sentido positivo na melhoria de uma realidade social e económica.**
6. Este facto fica bem expresso na integral manutenção dos compromissos assumidos com os Batalhenses no quadro das prioridades de desenvolvimento que correspondem a responsabilidades e atribuições próprias das autarquias locais, na promoção e usufruto dos bens culturais, do desporto, da educação, do apoio ao movimento associativo e à criatividade e capacidade de intervenção dos jovens e dos menos jovens.

7. Mas fomos além dessas responsabilidades próprias. Interviemos diretamente e apoiamos iniciativas em articulação com outras entidades e instituições, em domínios tão importantes da vida social e coletiva como o apoio social e económico de emergência, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), permitindo enfrentar no imediato situações de exclusão com que infelizmente alguns Batalhenses ainda se confrontam.
8. Fomos, no essencial, capazes de aproveitar as oportunidades abertas ao longo do exercício, e criámos nós próprios outras oportunidades. **Os recursos, os esforços e os equipamentos de que o Município dispõe foram, ao longo de todo o exercício de 2016, prioritariamente colocados ao serviço da criação das necessárias condições para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Batalhenses, reforçando a nossa determinação em contribuir ativamente para a construção de um Concelho cada vez mais humanizado.**
9. Perante as dificuldades que afetaram ainda o nosso quotidiano coletivo em 2016, recusámos novamente o conformismo e a resignação. Procurámos colocar-nos sempre na primeira linha da luta pelo reforço dos mecanismos de solidariedade e de apoio social. Dirigimos o investimento municipal prioritariamente para a satisfação de necessidades ao nível da educação e do ensino dos nossos jovens estudantes.
10. Destacamos, entre outras ações e medidas, o alargamento do programa nacional de distribuição gratuita de manuais escolares para os alunos do 1.º ano de escolaridade, para todas as crianças matriculadas no primeiro ciclo do ensino básico público. Assegurámos, neste quadro, a atribuição dos manuais escolares a todos os alunos matriculados nos 2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º CEB.
11. Prosseguimos todos os programas municipais de promoção da cultura e que dão corpo a uma programação cultural de qualidade, mantendo todos os equipamentos municipais em atividade permanente ao longo do ano, estabelecendo parcerias com o Mosteiro da Batalha e instituição de referência nacional e regional, garantindo assim uma oferta muito diversificada nas diferentes formas de expressão artística e cultural que conhecemos.
12. **À intensa atividade cultural associámos intimamente a promoção turística e económica do Concelho, promovendo a Batalha enquanto destino turístico de excelência e de todo o ano.**

13. Decidimos e concretizámos uma diminuição significativa do esforço financeiro das famílias relativamente a bens e serviços prestados pelo Município, reduzindo em geral todos os valores pagos por esses bens e serviços por revisão das taxas e dos preços praticados.
14. Esta realidade foi particularmente sensível, e sentida, junto dos muitos dos utentes dos serviços de ATL e refeições escolares, que viram os valores cobrados reduzidos em cerca de 30%. Mas também a atividade urbanística, numa postura de apoio à retoma desta atividade económica no Concelho, beneficiou largamente do valor reduzido das taxas e impostos decididos pelos órgãos municipais.
15. **Centrado em particular na área pedagógica e ambiental privilegiada que é o Ecoparque Sensorial da Pia do Urso, 2016 foi o ano que consagrou aquele projeto e o Município da Batalha como Município do Ano – região Centro, distinção da Universidade do Minho que marcou a realização de dois novos e intensos momentos de grande importância e significado, com a requalificação do parque de estacionamento e a reabertura de uma nova estação, a Toca do Urso, uma ação pedagógica realizada em parceria com a SUMA.**
16. Ao nível da manutenção, conservação e reabilitação de vias de circulação no Concelho, o exercício de 2016 traduziu um significativo investimento municipal, com intervenções em todas as freguesias do Concelho.
17. Prosseguimos o programa de incentivo à reabilitação urbana, através do “Batalha Restaura”, que em 2016 conheceu um forte desenvolvimento, com enfoque nas ARU da Batalha e Reguengo do Fetal.
18. Ainda em matéria de regeneração urbana, a candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana da Batalha (PARU) a fundos da União Europeia foi “admitida e aprovada com a classificação global de boa”, nos termos da comunicação recebida da entidade gestora do Programa Operacional do Centro (Centro 2020).
19. O PARU da Vila da Batalha prevê um investimento global de 4,9 milhões de euros, sendo a componente pública na ordem dos 3,2 milhões de euros e que potenciará o investimento privado na ordem dos 1,7 milhões de euros com base em intenções já manifestadas no âmbito do plano aprovado.
20. **Prosseguindo uma política e uma prática concreta de investimento na salvaguarda do património construído no nosso Concelho, tendo como objetivo impedir a sua degradação e eventual desaparecimento, bem como atendendo à classificação efetuada do Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Valinho do Rei e da Pedreira Histórica de Pidiogo, a Câmara Municipal da Batalha deliberou criar uma Zona Especial de Proteção, como elemento adicional de proteção das pedreiras históricas do Mosteiro.**

21. No domínio do património, o ano de 2016 trouxe a confirmação do mosteiro da Batalha como Panteão Nacional, como era desejo da autarquia, da Direção do Monumento Nacional e de vários investigadores universitários, objetivo realizado com a publicação da Lei n.º 14/2016, de 9 de Junho, que confere ao monumento nacional honras de Panteão Nacional.
22. Prosseguimos a política de parcerias transparentes com todas as instituições parceiras do Município no trabalho e no esforço de construção de um Concelho mais desenvolvido e mais solidário.
23. Aprofundámos, neste âmbito, um quadro de corresponsabilização entre o Município e as entidades de toda a natureza, apoiando o Movimento Associativo que desempenha um papel central na dinamização cultural, recreativa e desportiva no Concelho, não esquecendo nem preterindo ninguém. De igual forma, reforçamos o apoio aos Bombeiros em 30 mil euros e deliberamos apoiar a construção de dois novos lares no Concelho, para suprir necessidades de atuação no domínio social.
24. No domínio da proteção do ambiente, prosseguimos intensa intervenção municipal na conservação, promoção e proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade.
25. Entre os múltiplos processos em que o Município permanece envolvido, destacamos necessariamente a aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município da Batalha, por despacho de 29 de março do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta.
26. O documento, que conta com uma validade de cinco anos, estabelece a estratégia municipal da defesa da floresta bem como as medidas necessárias a implementar, com a definição do planeamento integrado das diferentes intervenções das entidades (locais, regionais e nacionais) com competências neste domínio. Com a aprovação do Plano, passam a vigorar regras urbanísticas mais favoráveis associadas à edificação, nas áreas de perigosidade reduzida do risco de incêndio.
27. Focando a sua linha de ação em torno da estratégia municipal de defesa da floresta, o documento alude ainda para domínios relacionados com a redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas, adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.
28. Novos investimentos nas infraestruturas de águas residuais foram objeto de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), representando no seu conjunto um investimento global superior a 3 milhões de euros, no objetivo de ampliar a taxa de cobertura (atualmente em 74%) e o número de alojamentos servidos (cerca de 6.140).

29. Tivemos uma participação bastante ativa no quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e das associações representativas das autarquias locais, assegurando uma ação pró-ativa no desenho de projetos e programa comuns, bem como intervindo na construção de soluções no âmbito do processo de descentralização de competências para as autarquias locais e demais processos de consolidação do quadro de autonomia e responsabilidades autárquicas.

30. Em termos orçamentais, o exercício de 2016 fica marcado pela ausência de quaisquer dívidas em atraso a fornecedores, tendo o Município encerrado as Contas do Exercício com uma elevada taxa de execução orçamental e os meios libertos líquidos ascenderam a 2.592.937€ em 2016, contra os 2.037.407€ em 2015, ou seja, registaram um aumento de 27,3%, e não obstante o registo de um aumento da despesa superior a 7% relativamente ao ano anterior, justificado em larga medida pelo reforço do investimento em fins de carácter social e custos com o pessoal, em resultado da integração plena do pessoal oriundo do Agrupamento de Escolas da Batalha.

31. Ultrapassando os 3 milhões de euros orientados para o investimento, o saldo das receitas correntes apurado confirma a sustentabilidade do Município. Sem dívidas a curto prazo, a Câmara da Batalha reduziu ainda em 894 mil euros o seu endividamento total, no período compreendido entre 01.01.2014 e 31.12.2016, passando dos 2,572 milhões de euros para os 1,678 milhões de euros.

32. A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar sobre o património habitacional próprio e permanente das famílias foi reduzida pelo terceiro ano consecutivo, cumprindo o compromisso assumido com os Batalhenses. Em consequência, o IMI sofreu uma ligeira diminuição (-9,3%), objeto da aprovação da redução da taxa de IMI às famílias com filhos.

33. Registe-se ainda o aumento global de ativos em cerca de 5,264 milhões de euros (+8,0%), bem como, em termos financeiros, todos os principais indicadores apresentam evoluções positivas face ao ano de 2015, respetivamente Liquidez Geral (+95,7%), Autonomia Financeira (+1,5%), Fundo Maneio Líquido (+186,0%), Meios Libertos Brutos (+42,4%) e Cash-flow patrimonial bruto (+27,3%). Os mesmos são indicadores de uma boa situação económica e financeira do Município.

34. Estes números traduzem o êxito uma vez mais alcançado pelas políticas municipais de desenvolvimento e por uma gestão responsável empenhada na defesa do interesse público e no apoio social às populações, e espelham de forma fiel o empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

35. Mantendo uma elevada capacidade e operacionalidade dos serviços municipais, assente numa gestão de grande rigor e exigência, fomos capazes de responder de forma positiva às exigências da missão de serviço público a que o Município se encontra vinculado. A Câmara Municipal da Batalha apostou decididamente, neste quadro de missão de serviço público que lhe compete, no reforço da participação dos cidadãos no quotidiano da vida do Município.
36. O desafio da **Modernização Administrativa** foi incrementado através de um conjunto de medidas e procedimentos no âmbito da modernização dos serviços municipais, visando uma significativa melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e às populações pelo Município, foi um dos aspetos que justifica maior destaque neste domínio.
37. A par da intervenção e investimento municipal no domínio da dinamização económica e melhoria da qualidade de vida das populações, registaram-se no Concelho da Batalha em 2016 outros contributos oriundos de importantes projetos da responsabilidade do setor empresarial privado, alguns deles já em funcionamento, e que indiciam uma retoma da atividade económica e confirmam a Batalha como um concelho atrativo para o investimento.
38. Esta realidade permite que continuemos a encarar o futuro com a necessária consciência das dificuldades que ainda permanecem, mas também com a capacidade para afirmar a Batalha, cada vez mais, como um Concelho amplamente solidário, dinâmico em termos económicos, ecologicamente sustentável, espaço de cultura, de desporto e de conhecimento, capaz de proporcionar condições e qualidade de vida sempre crescentes aos seus cidadãos.
39. Uma palavra final para os **trabalhadores da Câmara Municipal**. Desde sempre, aqui temos reconhecido e sublinhado que os grandes obreiros dos resultados de excelência que a Câmara Municipal da Batalha vem alcançando ao longo destas quatro décadas de Poder Local Democrático, são naturalmente os seus trabalhadores, e uma vez mais se nos impõe o estrito dever de registar e reafirmar essa realidade.
40. Os trabalhadores do Município da Batalha – da Câmara Municipal, dos Serviços Descentralizados da Educação, e da empresa municipal ISERBATALHA, E.M. – foram, uma vez mais em 2016, capazes de assumir a defesa intransigente do serviço público, emprestando o melhor que têm na sua capacidade de trabalho, e cumprindo com elevado sentido de missão e responsabilidade, colocando o máximo empenho e dedicação no desempenho das tarefas e funções que lhes são confiadas, zelarem e zelam em permanência pela contínua melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus concidadãos.

PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

I. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo (início de funções a 14/10/2013):



Presidente: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Pelouros: Administração Geral; Desenvolvimento Económico e Emprego; Planeamento Urbanístico; Revisão do PDM; Obras Municipais; Freguesias; Assuntos Jurídicos; Proteção Civil; Defesa do Consumidor; Comunicação e Cooperação Externa.



Vice-Presidente: Carlos Alberto de Oliveira Henriques

Pelouros: Educação e Ação Social Escolar; Ambiente e Energia; Desporto e Coletividades; Obras Particulares e Loteamentos; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Cemitérios, Mercados e Venda Ambulante; Logística e Equipamentos.



Vereador em Regime de Permanência: Carlos Agostinho

Pelouros: Gestão Financeira e Administrativa; Recursos Humanos e Qualificação da Administração; Setor Empresarial Local; Candidaturas a Fundos Estruturais; Modernização Administrativa e Património.



Vereador em Regime de Permanência: Cíntia Manuela da Silva
Pelouros: Ação Social; Solidariedade (Instituições Particulares de Solidariedade Social); Cultura; Turismo e Saúde.



Vereador: Carlos Emanuel Oliveira Repolho
Pelouros: Desenvolvimento Rural; Ordenamento Florestal



Vereador: Nuno Ricardo Silva Barraca
Pelouros: Pedreiras Históricas; Termalismo.



Vereador: André da Costa Loureiro
Pelouros: Juventude; Promoção do Associativismo.

1.2. Composição da Assembleia Municipal

Deputados Municipais (início de funções a 14/10/2013):

António José Martins de Sousa Lucas (Presidente)

Ana Cristina Duarte Caleira Barraca (1º secretário)

Silvestre Pereira Carvalhana (2º secretário)

António Carlos Costa Jordão

António Joaquim Soares Zeferino

Carína Filipa Sousa Tomás

Carlos Soares de Sousa
Cristóvão Mira Ribeiro
Elisabete de Jesus Moita
Graça Maria Henriques Pereira
Herculano Carvalho dos Reis
Joaquim Pinheiro Tojeiro
José Joaquim Filipe Valentim
José Tiago Pereira Couto Duarte
Leonor Ferreira Faustino
Luís Miguel Ribeiro Ferraz
Marina Valente Vieira
Nuno Miguel Costa Monteiro
Raquel Maria Cunha Ferreira
Rogério Paulo Batista da Silva
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues

Germano Santos Pragosa (Presidente Freguesia Batalha)
Carlos Alberto Monteiro dos Santos (Presidente Freguesia Golpileira)
Horácio Manuel Gonçalves Sousa (Presidente Freguesia Reguengo Féta)
Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente Freguesia S. Mamede)

1.3. Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 9º, em conjugação com o Artº 10º do D.L. nº 305/2009, de 23 de outubro. A atual estrutura orgânica do município, foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 16 de fevereiro de 2015.

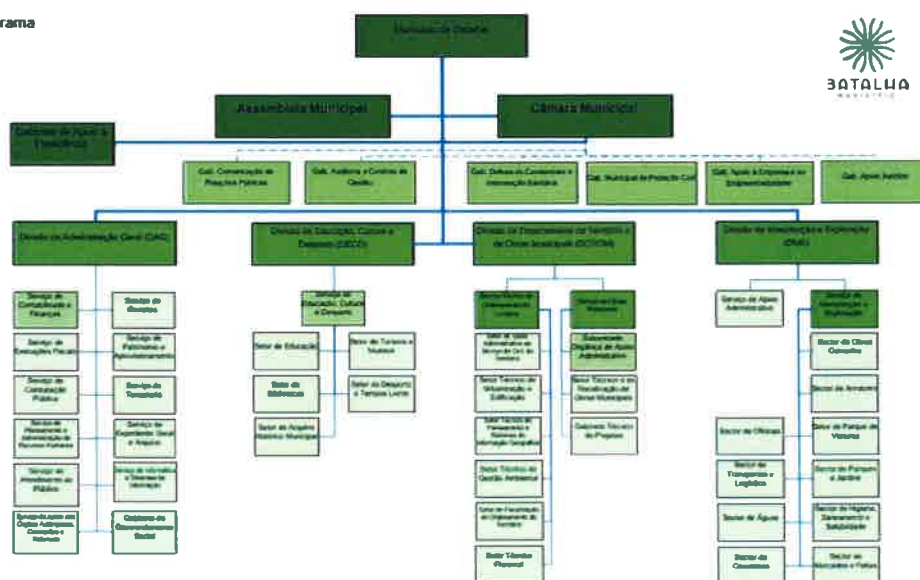
A presente estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspetiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

- A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em 4, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
 - Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Educação, Cultura e Desporto (DECD).
- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

Organograma



PARTE II - RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 149 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 6 docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado,
- 62 colaboradores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015)
- 1 Assistente técnico em regime de cedência de interesse público, consequência da outorga do protocolo entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha;
- Os restantes estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Q.1. Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	CT Tmp Indet.	Relação de Vínculo			Total
		Comissão Serviço	CT Termo	Outra	
Dirigentes		4			4
Técnicos Superiores	18		6		24
Assistentes Técnicos	37				37
Assistentes Operacionais	79				79
Informática	1				1
Outros	4				4
TOTAL	139	4	6	-	149

Verificaram-se 12 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- 6 docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às atividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha;

- 1 técnico superior na área do desporto, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 1 assistente técnico com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 4 assistentes operacionais com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de apoio à Divisão de manutenção e exploração, nomeadamente 1 eletricista, 1 pintor, 1 fiel de armazém e 1 auxiliar de serviços gerais.

Q.2. Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos			1	1
Assistentes Operacionais	4			4
Informática				0
Outros				0
TOTAL	11	0	1	12

Em contrapartida, registaram-se 10 saídas, das quais destacamos a caducidade de 7 contratos a termo (técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular); 2 assistentes técnicos, um por cedência de interesse público entre serviços e outro por falecimento, todos eles com vínculo à função pública, por tempo indeterminado e 1 assistente operacional por aposentação.

Q.3. Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos	2			2
Assistentes Operacionais	1			1
Informática				0
Outros				0
TOTAL	10	0	0	10

1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 2,59 milhões de euros, verificou-se um aumento de 610.797€ face ao ano anterior, fruto do acolhimento do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Verifica-se um aumento da rubrica remuneração aos membros dos Órgãos Autárquicos, consequência da integração de um vereador em regime meio tempo, e uma diminuição da remuneração do pessoal em qualquer outra situação devido à alteração da classificação económica da despesa, nos termos da nota explicativa do SATAPOCAL de agosto de 2015, relativamente aos encargos inerentes a estágios profissionais ou outras atividades consideradas como trabalho socialmente necessário, desenvolvidas no âmbito de protocolos com outras entidades (IEFP, Administração Central, seguranças Social) como sejam os Contratos Emprego-Inserção, Contratos Emprego-Inserção +, Estágios do PEPAL, estes passaram a ser registados como Transferências Correntes (Rubrica da despesa 040802- Famílias - Outras).

De salientar que nesta rubrica apenas, estão incluídos os colaboradores afetos ao gabinete de apoio à presidência e vereação.

Q.4. Custos com Pessoal

Descritivo	2015	2016	Peso %	Var. 15-16
Remunerações Certas e Permanentes	1.385.428	1.818.277	70,0%	31,2%
Membros dos Órgãos Autárquicos	121.426	145.074	5,6%	19,5%
Pessoal do Quadro	922.134	1.311.571	50,5%	42,2%
Pessoal em qualquer outra situação	92.720	37.183	1,4%	-59,9%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	0	0	0,0%	0,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	32.512	25.772	1,0%	-20,7%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	33.057	33.472	1,3%	1,3%
Subsídio de Férias e de Natal	183.580	265.204	10,2%	44,5%
Outras Despesas c/ Pessoal	198.037	209.694	8,1%	5,9%
Deslocações e Ajudas de Custo	17.799	11.599	0,4%	-34,8%
Trabalho Extraordinário	8.780	8.248	0,3%	-6,1%
Subsídio de Refeição	118.630	136.866	5,3%	0,0%
Abonos para falhas	1.812	2.345	0,1%	29,4%
Abonos e Senhas Presença	15.861	11.573	0,4%	-27,0%
Representação	35.156	39.062	1,5%	11,1%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
Segurança Social	404.001	570.294	21,9%	41,2%
Pensões	4.064	1.004	0,0%	-75,3%
Encargos com a Saúde	56.404	96.175	3,7%	70,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	13.743	13.364	0,5%	-2,8%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	30.026	146.943	5,7%	389,4%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	285.801	296.044	11,4%	3,6%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0,0%
Seguros de Pessoal	13.963	16.764	0,6%	20,1%
TOTAL	1.987.466	2.598.265	100%	30,7%

Q.5 Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2015	2016
Nº Efetivos (Trabalhadores)	147	149
Custo Médio por Efetivo	13.520	17.438
Limite Legal de Afetação Receita Corrente	23,2%	28,8%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	38,7%	48,0%

Não obstante o aumento do número de colaboradores, manteve-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite foi parcialmente utilizado em 48,0%, registando-se uma situação praticamente de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador que traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente, revela uma das mais baixas taxas a nível nacional (de apenas 28,8%).

Nos termos do artigo 32º da Lei n.º 7-A/2016 de 30/03 (LOE/2016), as Autarquias Locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente:

- Regras de Equilíbrio Orçamental;
- Cumprimento dos limites de endividamento;
- Sustentabilidade das respetivas finanças locais;

1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 2.033 dias, uma diminuição de 956 dias em relação ao ano 2015.

Q.7. Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)							Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante	Outros	
Dirigentes								
Técnicos Superiores		8	43				14	65
Assistentes Técnicos		5	210		15		48	278
Assistentes Operacionais		20	1.542	94			34	1.690
Informática								
Outros								
TOTAL	33	1.795	94	15	-	96	2.033	

PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2016 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 13,49%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um acréscimo na ordem de 1,07 milhões de euros, devido ao aumento dos rendimentos de propriedade (adenda ao protocolo de concessão do Parque Eólico), assim como as transferências correntes, por via das transferências do Ministério da Educação (Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência na área da Educação. As transferências de capital aumentaram na ordem dos 1,605 milhões de euros, dos quais 1.176.945,70 € relativos aos projetos co-financiados que estavam em regime de Overbooking, e cuja execução física já tinha ocorrido em anos anteriores, designadamente:

- “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal”;
- “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”

As receitas cobradas ascenderam aos 13,2 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental acima dos 95%, verificando-se um aumento nominal de 3 pontos percentuais em relação ao ano passado. A adoção da Lei dos Compromissos foi determinante na concretização deste nível de eficiência orçamental.

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente 5,1%, cuja tendência ficou a dever-se ao aumento do IMT/SISA (78,6%) e da Derrama (24,5%). O IUC sofreu um ligeiro acréscimo (1,9%). O IMI sofreu uma ligeira diminuição (-9,3%), objeto da aprovação da redução da taxa de IMI às famílias com filhos, para os imóveis destinados à habitação própria e permanente, bem como na atribuição da isenção de 50% da taxa de IMI nos prédios de interesse público.

	Exercício 2015					Exercício 2016				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	2.807.081	2.847.899	2.817.216	10.135	100,4%	2.847.008	2.987.725	2.961.268	114.260	104,0%
02 Impostos Indiretos	88.853	76.088	76.103	-12.750	85,7%	78.067	70.576	70.576	-7.491	90,4%
04 Taxas, Multas e Penalidades	606.374	628.390	628.941	22.567	103,7%	779.247	631.560	627.953	-151.294	80,6%
05 Rendimentos de Propriedade	565.614	1.183.316	806.735	241.121	142,6%	1.689.445	1.256.218	1.136.218	-553.227	67,3%
06 Transferências Correntes	4.380.151	4.688.674	4.390.461	10.310	100,2%	5.036.139	4.970.609	4.970.609	-65.530	98,7%
07 Venda Bens e Serviços Cor.	312.728	279.532	263.707	-49.021	84,3%	237.930	155.480	140.495	-97.436	59,0%
08 Outras Receitas Correntes	2.720	12.404	10.371	7.651	381,3%	7.400	153.328	154.069	146.669	2082,0%
Receitas Correntes	8.763.521	9.716.303	8.993.534	230.013	102,6%	10.675.236	10.225.496	10.061.186	-614.050	94,2%
09 Venda Bens Investimento	549.176	166.548	166.548	-382.628	30,3%	345.900	166.499	166.499	-179.401	48,1%
10 Transferências de Capital	1.340.139	559.035	523.888	-816.251	39,1%	1.924.809	2.002.279	2.113.219	188.411	109,8%
11 Ativos Financeiros				0					0	0,0%
12 Passivos Financeiros				0					0	
13 Outras Receitas de Capital	3.000	17.741	1.206	-1.794	40,2%	1.000	17.614	17.614	16.614	1761,4%
Receitas Capital	1.892.315	743.324	691.642	-1.200.673	36,6%	2.271.709	2.186.391	2.297.332	25.623	101,1%
15 Reposições Não Abat Pag.s	2.000	768	768	-1.232	38,4%	1.000	8.204	8.204	7.204	820,4%
Saldo da Gestão Anterior	1.952.239	1.952.239	1.952.239	0		841.411	841.411	841.411	0	0,0%
Total	12.610.076	12.412.634	11.638.183	-971.892	92,3%	13.788.355	13.261.581	13.268.133	-581.222	95,8%

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 2.961.268€, tendo-se verificado a superação da previsão orçamental (104%).

Q.9. Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2015				Exercício 2016				Var. (%) RC '16-'15
	Orçada	Cobrada Líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada Líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.757.079	1.761.398	4.319	100,2%	1.777.667	1.597.126	-180.541	89,8%	-9,3%
IUC / IMV	442.944	430.282	-12.662	97,1%	435.453	438.365	2.912	100,7%	1,9%
IMT / SISA	283.039	271.937	-11.102	96,1%	291.705	485.720	194.015	166,5%	78,6%
Derrama	324.019	353.598	29.579	109,1%	342.183	440.056	97.873	128,6%	24,5%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Impostos Diretos	2.807.081	2.817.215	10.134	100,4%	2.847.008	2.961.268	114.260	104,0%	5,1%
Mercados e Feiras	37.026	35.151	-1.875	94,9%	36.535	43.767	7.232	119,8%	24,5%
Loteamentos e Obras Urbanização	42.114	28.678	-13.436	68,1%	34.942	20.922	-14.020	59,9%	-27,0%
Ocupação Via Pública	3.038	9.608	6.570	316,3%	4.814	4.158	-656	86,4%	-56,7%
Publicidade	6.258	129	-6.129	2,1%	533	0	-533	0,0%	-100,0%
Outros Imp. Indirectos	417	2.537	2.120	608,4%	1.243	1.729	486	139,1%	-31,8%
Impostos Indiretos	88.853	76.103	-12.750	85,7%	78.067	70.576	-7.491	90,4%	-7,3%
Mercados e Feiras	1.550	664	-886	42,8%	957	442	-515	46,1%	-33,5%
Loteamentos e Obras Urbanização	50.478	37.713	-12.765	74,7%	42.321	48.778	6.457	115,3%	29,3%
Ocupação Via Pública	1.109	3.012	1.903	271,6%	1.454	2.986	1.532	205,3%	-0,9%
Caça, uso e porte de arma	194	211	17	108,8%	257	0	-257	0,0%	-100,0%
Licenciamento Industrial	0	0	0		0	0	0		100,0%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	16.400	9.811	-6.589	59,8%	12.704	11.753	-951	92,5%	19,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	69.731	51.411	-18.320	73,7%	57.693	63.959	6.266	110,9%	24,4%
Total	2.965.665	2.944.729	-20.936	99,3%	2.982.768	3.095.802	113.034	103,8%	5,1%

O valor constante na rubrica Multas, Outras penalidades e Outras Taxas, não contempla o valor relativo à taxa de Conservação e tratamento de esgotos, bem como a Recolha e tratamento de lixos no montante de te no montante de 563.993,81€ por não se tratar de receita fiscal.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 75%. As despesas totais (realizadas) sofreram uma diminuição de 467.680 euros.

Nos termos da Lei dos Compromissos, e na determinação dos fundos disponíveis de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2016, existe a obrigatoriedade do registo dos compromissos para os seis meses seguintes, daí a despesa comprometida e não paga resultar num valor de 9.590.350€, incluindo despesas certas e permanente e contratos plurianuais.

Q.10. Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.927.794	2.632.392	2.598.265	-329.530	88,7%	34.128
02 Aquisição de bens e Serviços	5.370.443	5.119.028	4.506.449	-863.994	83,9%	612.579
03 Juros e Outros encargos	11.635	9.831	9.831	-1.804	84,5%	0
04 Transferências Correntes	965.903	874.156	750.722	-215.181	77,7%	123.434
05 Subsídios	697.150	697.113	556.863	-140.287	79,9%	140.250
06 Outras Despesas Corrente	160.614	153.360	134.298	-26.316	83,6%	19.062
Despesas Correntes	10.133.539	9.485.881	8.556.428	-1.577.111	84,4%	929.453
07 Aquisição de Bens de Capital	3.016.122	2.372.612	1.399.145	-1.616.977	46,4%	973.467
08 Transferência de Capital	398.333	373.978	202.443	-195.890	50,8%	171.535
09 Ativos Financeiros	72.240	71.370	71.370	-870	98,8%	0
10 Passivos Financeiros	169.121	113.063	113.063	-56.058	66,9%	0
11 Outras Despesas Capital						
Despesas Capital	3.655.816	2.931.023	1.786.021	-1.869.795	48,9%	1.145.002
Total	13.789.355	12.416.903	10.342.449	-3.446.907	75,0%	2.074.455

Verifica-se um aumento da rubrica despesas com pessoal na ordem dos 30%, relacionado com a transferência do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha no âmbito da delegação de competência do Ministério da Educação. Também no âmbito desta delegação de competência verifica-se um aumento de 58,5% das transferências correntes, fruto da subdelegação de competência do Município no Agrupamento de Escolas da Batalha, relacionado com despesas de funcionamento.

Q.11. Comparativo da Despesa (2016 – 15)

	2015			2016			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DRDT	Paga	Realizada	Peso (%) DRDT	
01 Pessoal	1.987.466	2.023.150	18,2%	2.598.265	2.632.392	24,8%	30,1%
02 Aquisição de bens e Serviços	4.733.590	4.911.010	44,2%	4.506.449	4.624.886	43,5%	-5,8%
03 Juros e Outros encargos	13.602	13.816	0,1%	9.831	9.831	0,1%	-28,8%
04 Transferências Correntes	474.323	486.486	4,4%	750.722	771.277	7,3%	58,5%
05 Subsídios	485.723	485.723	4,4%	556.863	556.863	5,2%	14,6%
06 Outras Despesas Corrente	96.863	97.636	0,9%	134.298	147.401	1,4%	51,0%
Despesas Correntes	7.791.567	8.017.821	72,2%	8.556.428	8.742.651	82,2%	9,0%
07 Aquisição de Bens de Capital	2.177.518	2.194.980	19,8%	1.399.145	1.490.815	14,0%	-32,1%
08 Transferência de Capital	298.263	311.047	2,8%	202.443	214.975	2,0%	-30,9%
09 Ativos Financeiros	71.370	71.370	0,6%	71.370	71.370	0,7%	0,0%
10 Passivos Financeiros	490.556	505.337	4,6%	113.063	113.063	1,1%	-77,6%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	3.037.707	3.082.734	27,8%	1.786.021	1.890.224	17,8%	-38,7%
Total	10.829.274	11.100.555	100,0%	10.342.449	10.632.875	100,0%	-4,2%

Q.12. Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2015		Exercício 2016	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Apoios ao Associativismo (PDC)	320.254	25,45%	393.180	26,04%
Freguesias	19.620	1,56%	31.631	2,09%
Empresa Municipal (*)	485.723	38,60%	556.863	36,88%
Administração Central (Agrup.Esc.)	75.994	6,04%	211.804	14,03%
Outras Transf's	58.455	4,65%	114.107	7,56%
Transferências de Capital				
Apoios ao Associativismo (PDC)	163.022	12,96%	136.038	9,01%
Freguesias	108.741	8,64%	66.405	4,40%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf's	26.500	2,11%		0,00%
Total	1.258.309		1.510.028	

* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

Os apoios ao associativismo realizados em 2016 foram na ordem dos 529.218€ (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 483.276 €. Verifica-se que as subvenções financeiras à Iserbatalha, referentes aos contratos programa celebrados ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do setor empresarial Local), sofreram um aumento de 71.140, objeto do ajustamento do valor dos contratos programa no domínio da Educação, Museu e Desporto.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 98.036€, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano de 2015.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 90%. Obtivemos um índice de eficiência orçamental bastante elevado, devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis e da capacidade do Município em gerar receita própria.

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	464.826	456.128	884.073	1.187.810	74%
111 Administração Geral	377.436	368.738	758.107	1.055.710	72%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	87.390	87.390	125.966	132.100	95%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	4.512.662	4.350.572	5.239.145	5.526.287	95%
211 Ensino Não Superior	516.184	501.753	581.773	618.774	94%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	940.287	902.355	1.104.456	1.136.082	97%
221 Serviços Individuais de saúde	12.600	12.600	12.600	16.690	75%
232 Ação Social	53.389	53.389	181.244	193.150	94%
241 Habitação	0			1.000	
242 Ordenamento do território	140.598	54.538	163.807	196.010	84%
243 Saneamento	839.050	839.050	938.857	1.018.396	92%
244 Abastecimento de Água	10.532	10.532	11.085	22.100	50%
245 Resíduos Sólidos	783.156	783.156	812.417	812.478	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	184.635	184.635	298.687	304.933	98%
251 Cultura	499.192	494.183	549.282	574.824	96%
252 Desporto Recreio e Lazer	442.953	424.296	494.851	541.450	91%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	90.086	90.086	90.086	90.400	100%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	664.522	664.522	1.036.919	1.252.364	83%
320 Indústria e Energia	40.919	40.919	41.215	46.800	88%
331 Transportes Rodoviários	573.764	573.764	687.117	862.578	80%
340 Comércio e Turismo					
341 Mercados e Feiras					
342 Turismo	49.840	49.840	308.587	342.986	90%
4 OUTRAS FUNÇÕES	276.969	276.969	352.189	418.286	84%
410 Operações da Dívida Autárquica	184.433	184.433	184.433	241.361	76%
420 Transferências entre Administrações	92.536	92.536	167.756	176.925	95%
TOTAL	5.918.979	5.748.191	7.512.326	8.384.747	90%
RESUMO :					
1 FUNÇÕES GERAIS	464.826	456.128	884.073	1.187.810	74%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	4.512.662	4.350.572	5.239.145	5.526.287	95%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	664.522	664.522	1.036.919	1.252.364	83%
4 OUTRAS FUNÇÕES	276.969	276.969	352.189	418.286	84%
TOTAL	5.918.979	5.748.191	7.512.326	8.384.747	90%

A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos. No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município. O Plano revela a realização de despesa que ascende os 8 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio da educação, do saneamento, dos resíduos sólidos e dos transportes rodoviários. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Q.14. Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2015		Exercício 2016	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	0	0,0%	0	0,0%
Venda de Bens de Investimento	166.548	5,5%	166.499	9,3%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E)	325.951	10,7%	576.983	32,3%
Contratos-Programa	773	0,0%	3.191	0,2%
Fundos Comunitários	197.164	6,5%	1.533.046	85,8%
Outras Receitas de Capital	1.206	0,0%	17.614	1,0%
Receitas Próprias de Funcº	2.346.065	77,2%	0	0,0%
Investimento Pago	3.037.707	100,0%	1.786.021	100,0%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico no ano de 2016, foi a receita de fundos comunitários (85,8%), fruto do recebimento dos valores relativos aos projetos co-financiados em regime de Overbooking, cuja execução física e financeira ocorreu nos períodos anteriores.

A rubrica FEF capital apresenta um valor de 247.278,04€, contabilizado a mais, relativo a uma troca de registo na classificação económica, foi classificado como receita de capital, quando deveria ter sido classificado como receita corrente.

1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

Com a evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 15% para 17%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (83% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 95%).

Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.402.991 € para 1.745.256€.

O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 83%.

Q.15. Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2014	2015	2016
Receitas Fiscais			
(Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	3.749.174	3.552.377	3.686.346
Receitas Próprias de Funcionamento			
(Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	8.784.469	9.194.557	10.301.684
Serviço da Dívida			
(Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	509.662	504.158	122.894
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	89%	95%	83%
Autonomia Financeira			
(Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.688.107	1.402.990	1.745.256
Saúde Financeira			
(Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	19%	15%	17%

Estruturalmente, a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

1.5. – Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município da Batalha cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

Q.16. Poupança Corrente do Exercício

RECITAS		DESPESAS		POUPANÇA		
[1]		[2]		Valor		%
				[3] = [1] - [2]		[3]/[1]
Correntes	10.061.186	Correntes	8.556.428	Correntes	1.504.759	15%
Capital	2.297.332	Capital	1.786.021	Capital	511.311	22%

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município da Batalha evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2016, o excedente de 1,4 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias.

Q.17. Regra de Equilíbrio Orçamental

Designação	2016
Receita corrente bruta cobrada	10.109.367,62
Despesa corrente	8.556.427,75
Saldo corrente	1.552.939,87
Amortizações médias	149.085,59
Equilíbrio Orçamental	1.403.854,28

2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise ao Balanço

O Balanço adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 52.637.964,53€, registaram um aumento de 4.596.587,64€ em relação a 2015, fruto da integração no património municipal do edifício da Escola Básica e Secundária da Batalha, e dos Prédios urbanos onde funcionaram as “Casas dos Portageiros” localizados na Ponte da Boutaca.

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 169.793,77€. Este facto, resultou das amortizações anuais dos empréstimos Bancários e do Fundo de Apoio Municipal.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 15.201.450,83€, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

Q.18. Balanço

Ativo	AB	2016 AP	AL	2015 AL	Var. (valor)
Imobilizado:					
Bens de Domínio Público:					
Terrenos e recursos naturais	3.751		3.751	3.751	
Edifícios					
Outras construções e infra – estruturas	83.100.556	40.059.844	43.040.712	43.753.343	-712.630
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	50.000		50.000	50.000	
Outros bens de domínio público					
Imobilizações em curso	427.774		427.774	1723.064	-1295.289
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
	83.582.081	40.059.844	43.522.238	45.530.157	-2.007.920
Imobilizações Incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos					
Imobilizações em curso	298.829		298.829	291.990	6.839
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
	298.829		298.829	291.990	6.839
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	880.382		880.382	879.318	1.064
Edifícios e outras construções	22.741.197	2.854.520	19.886.677	14.820.653	5.066.024
Equipamento básico	15.10.697	1246.965	263.732	289.737	-26.004
Equipamento de transporte	1.057.464	800.680	256.784	303.987	-47.203
Ferramentas e utensílios	500.960	426.930	74.030	60.439	13.591
Equipamento administrativo	1418.947	1338.241	80.706	107.506	-26.800
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	361.121	280.465	80.656	103.865	-23.209
Imobilizações em curso	742.288		742.288	240.716	501.571
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
	29.213.055	6.947.801	22.265.254	16.806.221	5.459.033
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	166.789		166.789	166.789	
Obrigações e títulos de participação	550.469		550.469	550.469	
	717.258	0	717.258	717.258	0
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	237.040		237.040	245.197	-8.157
	237.040	0	237.040	245.197	-8.157
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo					
	0	0	0	0	0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:					
Empréstimos concedidos	17.500		17.500	17.500	0
Clientes, c/c	34.888		34.888	33.597	1.291
Contribuintes, c/c	8.057		8.057	8.195	-138
Utentes, c/c					
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa	90.687	90.687			
Devedores pela execução do orçamento					
Outros Devedores	18.1672		18.1672	458.342	-276.669
	332.804	90.687	242.117	517.634	-275.517
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	15.108		15.108	15.108	
	15.108	0	15.108	15.108	0
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos em instituições financeiras	3.321.081		3.321.081	1.257.688	2.063.394
Caixa	870		870	740	130
	3.321.952	0	3.321.952	1.258.428	-2.063.524
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	435.386		435.386	406.013	29.373
Custos diferidos	18.657		18.657	21.775	-3.118
	454.043	0	454.043	427.788	26.255
Total das amortizações		47.007.645			
Total de Provisões		90.687			
Total do Activo	118.172.170	47.098.331	71.073.839	65.809.781	5.264.058

(Continuação)

Fundos próprios e passivo	2016	2015	Var. (valor)
Fundos próprios:			
Património	56.222.653	51.061.83	
Ajustamento de partes de capital em empresas			
Doações	115.000	115.000	
Reservas decorrentes de transferências de ativos			
Resultados Transitados	-3.035.436	-1.952.108	-1.183.328
Resultado Líquido do Exercício	-564.252	-1.183.328	619.076
Total dos fundos próprios	52.637.965	48.041.377	4.596.588
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos	246.160	246.160	
	246.160	246.160	0
Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo			
Empréstimos de M/L prazo	1059.067	1.157.490	-98.424
Credores Administrações Públicas – FAM	285.479	356.849	-71.370
	1344.546	1514.339	-169.794
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	98.307	98.164	142
Adiantamentos por conta de vendas			
Fornecedores c/c	133.337	178.021	-44.684
Fornecedores-faturas em receção e conferência	127.256	180.067	-52.811
Credores pela execução do orçamento			
Clientes e Utentes com cauções	0	0	
Fornecedores de imobilizado c/c	91670	17.461	74.209
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência	15.508	0	15.508
Estado e outros entes públicos	41944	40.510	1434
Administração autárquica			
Outros credores	449.473	469.710	-20.237
Credores Administrações Públicas – FAM	71370	71370	0
	1028.865	1055.303	-26.438
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	614.852	465.478	149.374
Proveitos diferidos	15.201.451	14.487.123	714.327
	15.816.303	14.952.601	863.702
Total do Passivo	18.435.874	17.768.404	667.470
Total dos fundos próprios e do passivo	71.073.839	65.809.781	5.264.058

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido na ordem dos 66 milhões euros resulta de uma dinâmica de investimento suportada pelo cofinanciamento dos quadros de apoio comunitários.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000, publicada em DR n.º 91 (2ª série) de 17 de abril.

Q.19. Estrutura do Ativo Líquido

Componentes do Ativo	2014	2015	2016	VAR (%) 15-14
Bens de domínio público	32.288.629	45.530.157	43.522.238	-4,41%
Imobilizado incorpóreo	248.018	291.990	298.829	2,34%
Imobilizado corpóreo	16.781.479	16.806.221	22.265.254	32,48%
Sub Total	49.318.125	62.628.368	66.086.321	5,52%
Investimentos financeiros	717.258	717.258	717.258	0,00%
Existências	266.636	245.197	237.040	-3,33%
Dívidas a receber	526.040	517.634	242.117	-53,23%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	2.359.345	1.258.428	3.321.952	163,98%
Acréscimo de proveitos	382.190	406.013	435.386	7,23%
Custos diferidos	14.655	21.775	18.657	-14,32%
SubTotal	4.281.232	3.181.412	4.987.518	56,77%
Ativo Líquido	53.599.357	65.809.781	71.073.839	8,00%

Conforme se pode verificar, os bens de domínio público registaram uma variação de - 4,41% (2.007.919€) relativamente ao ano anterior, enquanto as imobilizações corpóreas registaram um aumento de 32,48% (5.459.033€). Este aumento resultou do registo do aumento de património, como já mencionado anteriormente.

Q.20. Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros				
Investimentos Financeiros	2014	2015	2016	VAR (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	550.469	550.469	550.469	0,00%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	717.258	717.258	717.258	0%

Não se registaram variações nas rubricas de investimentos financeiros.

Q.21. Estrutura da Liquidez

Liquidez	Unidade: milhões de euros			VAR (%)
	2014	2015	2016	
1 Disponibilidades	2.359.345	1.258.428	3.321.952	164%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	526.040	517.634	242.117	-53%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	963.966	1.055.303	1.028.865	-3%
5 Liquidez (5=1+2+3-4)	1.936.527	735.866	2.550.311	247%

A liquidez reduzida e imediata são indicadores que revelam uma situação de tesouraria equilibrada. Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos **10 dias**, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras.

Q.22. Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	Unidade: milhões de euros			VAR (%)
	2014	2015	2016	
Fundo patrimonial	51.061.813	51.061.813	56.222.653	10,11%
Ajustamentos de partes de capital em empresas				
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-13.110.088	-1.952.108	-3.135.436	60,62%
Resultados do exercício	-2.171.951	-1.183.328	-564.252	-52,32%
Total dos fundos próprios	35.894.773	48.041.377	52.637.965	9,57%

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais aumentaram 4.596.588€. A variação homóloga é de 9,57% em relação ao ano anterior. Em nada compromete a solidez dos capitais próprios face ao ativo líquido.

2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 11,21%, repartida da seguinte forma: empréstimos bancários a médio e longo prazo diminui cerca de 98.423,77€, e pela amortização do capital Social do FAM 71.370€. O passivo de curto prazo também diminui cerca de 2,51%. Verifica-se a não existência de dívidas em mora.

Q.23. Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros				
Componentes do Passivo	2014	2015	2016	VAR (%)
Dívidas a médio e longo prazo	2.110.310	1.514.339	1.344.546	-11,21%
Dívidas a curto prazo	963.966	1.055.303	1.028.865	-2,51%
Total de dívidas a terceiros	3.074.276	2.569.643	2.373.411	-7,64%
Provisões para riscos e encargos	246.160	246.160	246.160	0,00%
Acréscimo de custos	589.089	465.478	614.852	32,09%
Proveitos diferidos	13.795.059	14.487.123	15.201.451	4,93%
	17.704.584	17.768.404	18.435.874	3,76%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 2.373.411€, diminuindo 7,64% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos **10 dias**, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

Q.24. Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2015	2016	Var.Valor
Empréstimos de curto prazo	98.164	98.307	142
Fornecedores c/c.	358.087	260.593	-97.494
Fornecedores Imobilizado	17.461	107.179	89.717
Estado e Outros Entes Públicos	40.510	41.944	1.434
Outros Credores	541.080	520.843	-20.237
Total	1.055.303	1.028.865	-26.438

Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2015	2016	Var.Valor
Clientes, Contribuintes e Utentes	33.597	34.888	1.291
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.			
Contribuintes, c/c.	8.195	8.057	-139
Estado e Outros Entes Públicos			
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	
Outros Devedores	458.342	181.672	-276.669
Total	517.634	242.117	-275.517

Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2015	2016	Var.Valor
Empréstimos Obtidos	1.157.490	1.059.067	-98.424
Credores Administrações Públicas – FAM	356.849	285.479	-71.370
Total	1.514.339	1.344.546	-169.794

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 107.874,63 € (juros – 9.593,22 € e amortizações – 98.281,41€). É de realçar que os “spreads” aplicados aos empréstimos se mantiveram inalterados, não obstante a pressão dos bancos para o seu aumento. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos *fixings* das taxas de juro.

Q.25. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést.	Capital		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
		Contratado	Utilizado	Amortiz.	Juros	Total		
Médio Longo prazos (b)								
59034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	287.244,00	231.235,19	12.846,40	569,80	13.416,20	89.924,79	77.078,39
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	52.427,35	52.427,35	3.240,72	6,45	3.247,17	20.271,41	17.030,69
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	1.626.135,00	1.626.135,00	16.675,85	27,66	16.703,51	313.481,25	296.805,40
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	373.865,00	373.865,00	9.962,88	16,53	9.979,41	26.421,83	16.458,95
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	2.500.000,00	1.000.000,00	55.555,56	8.972,78	64.528,34	805.555,54	749.999,98
Total		4.839.671,35	3.283.662,54	98.281,41	9.593,22	107.874,63	1.255.654,82	1.157.373,41
Endividamento de médio e longo prazo								1.157.373,41



2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução):

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respetivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excecionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projetos com participação de fundos comunitários.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período “n” (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Deste modo, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2016, o montante de 12.679.149€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais).

Conta POCAL	Designação	Grupo Endividamento (DGAL)	Saldo Final
221	Fornecedores – C/C	Fornecedores (Contas 221 a 228)	133.336,74
228	Fornecedores – Faturas conferência	Fornecedores (Contas 221 a 228)	127.256,21
23121	Empréstimos Bancários	Empréstimos	1.157.373,41
2421*	Trabalho Dependente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.835,00
2422*	Trabalho Independente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	628,65
2436	IVA – a pagar	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	2.803,91
244*	Imposto selo	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	17,54
2451*	Taxa Social única	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	5.126,44
249*	Outras Contribuições	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.532,58
2611	Fornecedores Imobilizado	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	91.670,39
2618	Fornecedores imobilizado – Fat. Confer.	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	15.508,35
263*	Sindicatos	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	263,87
265*	Fundo social dos Trabalhadores	Outros	1.019,19
2680262	Fundo de Apoio Municipal	Outros	356.848,84
2684	Credores Transferências Autarquias Locais	Outros	31.041,25
2685*	Depósito de garantia fornec. imobilizado	Cauções	348.442,64
2686*	Outros Depósitos de garantia	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	15.319,10
2687*	Retenções a favor de terceiros	Retenções a Favor de Terceiros	6.320,25
2688	Credores Diversos – Entidades Credoras	Outros	34.377,63
2689*	Entidades Credoras Diversas	Outros	12.688,96
Dívida Total (Balanço)			2.373.410,95
Operações não orçamentais			423.194,22
Fundo de Apoio Municipal (LOE/2015-exceção)			356.848,84
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)			1.593.367,89
Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013)			84.991,64
Dívida Total de operações orçamentais			1.678.359,53
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			12.679.149,00
Margem face ao limite total			11.000.789,47

* Contas de operações não orçamentais

Significa que o valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 1.678.359,53€, ficando com uma margem face ao limite legal de 11.000.789,47€.

2.4. Análise à Demonstração de Resultados:

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2015 e 2016, pode-se concluir que os proveitos registaram um aumento global de 1.438.490,54 euros e os custos totais um aumento de 819.414,52 euros. Verifica-se um acréscimo das transferências e subsídios obtidos em cerca de 886 mil euros, o qual está relacionada com a transferência do Ministério da educação e Ciência, relativa ao contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação.

Q.27. Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	192.266	192.266	203.540	203.540
62	Fornecimentos e serviços externos	4.349.038		4.341.629	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	2.037.904	0	1.599.901	0
643 a 648	Encargos sociais	558.620	6.945.563	413.124	6.354.654
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.299.104	1.299.104	1.087.380	1.087.380
66	Amortizações do exercício	3.153.702		3.200.084	
67	Provisões	3.487	3.157.189	20.651	3.220.736
65	Outros custos e perdas operacionais	26	26	702	702
	(A) Custos e Perdas Operacionais		11.594.148		10.867.012
68	Custos e Perdas Financeiras	12.178	12.178	15.540	15.540
	(C) Custos e Perdas Correntes		11.606.326		10.882.552
69	Custos e perdas extraordinários	403.655	403.655	308.015	308.015
	(E) Custos e Perdas do Exercício		12.009.982		11.190.567
88	Resultado líquido do exercício		-564.252		-1.183.328
			11.445.729		10.007.239
Proveitos e ganhos					
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	263		578	
7112+7113	Vendas de Produtos	0		91	
712	Prestações de serviços	210.235	210.498	190.578	191.247
72	Impostos e taxas	3.671.735		3.538.986	
	Variação da Produção	0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	155.512		145.402	
74	Transferências e subsídios obtidos	5.598.068		4.711.799	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	151.085	9.576.400	6.832	8.403.018
	(B) Proveitos e Ganhos Operacionais		9.786.898		8.594.265
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	543.090	543.090	529.208	529.208
	(D) Proveitos e Ganhos Correntes		10.329.988		9.123.473
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.115.742	1.115.742	883.766	883.766
	(F) Proveitos Totais		11.445.729		10.007.239
	Resumo:				
	Resultados Operacionais	B-A	-1.807.261		-2.272.747
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	530.912		513.668
	Resultados Correntes	D-C	-1.276.339		-1.759.079
	Resultado líquido do exercício	F-E	-564.252		-1.183.328

Q.28. Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		%
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	192.266	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.349.038	36%
Custos com pessoal	2.596.524	22%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	1.299.104	11%
Amortizações e Provisões do exercício	3.157.189	26%
Outros custos e perdas operacionais	26	0%
Custos e Perdas Financeiras	12.178	0%
Custos e perdas extraordinários	403.655	3%
(E) Custos e Perdas do Exercício	12.009.982	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	210.498	2%
Impostos e taxas	3.671.735	32%
Proveitos suplementares	155.512	1%
Transferências e subsídios obtidos	5.598.068	49%
Outros proveitos e ganhos operacionais	151.085	1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	543.090	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.115.742	10%
(F) Proveitos Totais	11.445.729	
Resultados Operacionais	-1.807.251	
Resultados Financeiros	530.912	
Resultados Correntes	-1.276.339	
Resultado líquido do exercício	-564.252	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 36% sobre os custos totais do exercício, seguido dos custos das amortizações e provisões com 26% do total da estrutura de custos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 22% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 18%.

As transferências e subsídios obtidos representaram 49% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.

Q.29. Estrutura de Custos

Unidade: milhões de euros

Custos	2014	2015	2016	VAR (%)
Custo das mercadorias vendidas e das maté consumidas	236.911	203.540	192.266	-5,54%
Fornecimentos e serviços externos	4.218.372	4.341.629	4.349.038	0,17%
Custos com pessoal	1.837.166	2.013.025	2.596.524	28,99%
Transferências e subsídios concedidos	825.796	1.087.380	1.299.104	19,47%
Amortizações e Provisões Exercício	4.521.155	3.220.736	3.157.189	-1,97%
Outros custos operacionais	11.362	702	26	-96,37%
Custos financeiros	21.906	15.540	12.178	-21,63%
Custos extraordinários	243.685	308.015	403.655	31,05%
Total de custos	11.916.354	11.190.567	12.009.982	7,32%

No cômputo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), a rubrica mais representativa dos custos do Município, são os subcontratos. Estes custos estão fundamentalmente, relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [210.231,34€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [532.355,65€], Recolha de Efluentes através da ACL, [833.534,71€], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos, realizados pela empresa municipal – Iserbatalha [393.000€].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 561.000,00 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

Q.30. Estrutura de Proveitos

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2014	2015	2016	VAR (%)
Vendas de mercadorias	785	669	263	-60,65%
Prestação de serviços	210.037	190.578	210.235	10,31%
Impostos e taxas	3.654.969	3.538.986	3.671.735	3,75%
Transferências e subsídios obtidos	4.269.764	4.711.799	5.598.068	18,81%
Proveitos suplementares	67.246	145.402	155.512	6,95%
Outros proveitos operacionais	2.574	6.832	151.085	2111,52%
Proveitos financeiros	524.114	529.208	543.090	2,62%
Proveitos extraordinários	1.014.913	883.766	1.115.742	26,25%
Total de proveitos	9.744.402	10.007.239	11.445.729	14%

O aumento dos proveitos e ganhos, no montante de 1.438.490€, foi transversal a todas as rubricas de proveitos, exceto a venda de mercadorias. Destaca-se a rubrica das transferências e subsídios obtidos, com um aumento de cerca de 886 mil euros, proveniente das transferências de valores do MEC – Ministério da Educação e Ciência, consequência da delegação de competência na área da educação.

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida. As disponibilidades existentes em depósitos à ordem, asseguraram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e garantiram os meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo. A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária.

A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extrato que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência, não obstante a especialização do exercido através da contabilização na rubrica de acréscimo de proveitos.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

Q.31. Indicadores de estrutura

Capital Circulante	Existências	237.040 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	242.117 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	3.321.952 €	
		3.816.217 €	
Liquidez Geral	Capital Circulante	3.816.217 €	3,71
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Liquidez Reduzida	Capital Circulante-Stocks	3.579.177 €	3,48
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Liquidez Imediata	Disponibilidades	3.321.952 €	3,23
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	52.637.965 €	74%
	Ativo Líquido	71.073.839 €	
Solvabilidade	Fundos Próprios	52.637.965 €	286%
	Passivo Total	18.435.874 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

Q.32. Indicadores de Gestão Patrimonial

Indicador de imobilização dos Fundos Próprios	<= 1	Fundos Próprios	52.637.965 €	0,79
		Imobilizado Líquido	66.803.579 €	
Indicador da capacidade de Endividamento	>= 0,5	Fundos Próprios	52.637.965 €	0,98
		Capitais Permanentes	53.982.510 €	
Meios Libertos s/ o Ativo Líquido		R. Líq. + Amort. Prov. + Custos financ.	2.605.115 €	4%
		Activo Total Líquido	71.073.839 €	

2.6. Anotação de factos relevantes após a data do encerramento do exercício:

Após a data do encerramento do exercício em análise, não se verificaram factos relevantes com impacto na Prestação de Contas de 2016.

2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 564.252,36 euros tenha a seguinte aplicação:

- - 564.252,36 euros para Resultados Transitados.

O resultado líquido do exercício de 2016 representa uma evolução positiva, pois, embora o resultado apurado ainda seja negativo de – 564.252,36 euros representa uma variação positiva face ao resultado líquido do exercício de 2015 em 52% (-619.076,02 euros), bem como já permite apurar um valor positivo de 2.588.449,82 euros de meios libertos líquidos (RL + Amortizações + Provisões), valor que releva a boa capacidade da Câmara em reembolsar capital alheio e permitir o autofinanciamento.

2.8. Considerações Finais:

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho da Batalha, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Paços do Concelho, 06 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Município da Batalha

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	3.750,96		3.750,96	3.750,96
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	83.100.556,00	40.059.843,62	43.040.712,38	43.753.342,65
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	50.000,00		50.000,00	50.000,00
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	427.774,29		427.774,29	1.723.063,52
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		83.582.081,25	40.059.843,62	43.522.237,63	45.530.157,13
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	298.829,15		298.829,15	291.990,35
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		298.829,15	0,00	298.829,15	291.990,35
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	880.381,93		880.381,93	879.317,71
422	Edifícios e outras construções	22.741.196,59	2.854.519,71	19.886.676,88	14.820.653,07
423	Equipamento básico	1.510.697,26	1.246.964,91	263.732,35	289.736,77
424	Equipamento de transporte	1.057.464,04	800.680,26	256.783,78	303.986,89
425	Ferramentas e utensílios	500.959,82	426.930,05	74.029,77	60.438,96
426	Equipamento administrativo	1.418.946,94	1.338.240,77	80.706,17	107.506,34
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	361.120,85	280.465,32	80.655,53	103.864,77
442	Imobilizações em curso	742.287,77		742.287,77	240.716,49
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		29.213.055,20	6.947.801,02	22.265.254,18	16.806.221,00
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	166.789,08		166.789,08	166.789,08
412	Obrigações e títulos de participação	550.468,63		550.468,63	550.468,63
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		717.257,71	0,00	717.257,71	717.257,71
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	237.040,16		237.040,16	245.197,06
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermediários				

Município da Batalha

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016			2015
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		237.040,16	0,00	237.040,16	245.197,06
	Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dividas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos	17.500,00		17.500,00	17.500,00
211	Clientes, c/c	34.887,92		34.887,92	33.596,60
212	Contribuintes, c/c	8.056,74		8.056,74	8.195,43
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	90.686,70	90.686,70		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	181.672,36		181.672,36	458.341,55
		332.803,72	90.686,70	242.117,02	517.633,58
	Titulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria	15.108,02		15.108,02	15.108,02
		15.108,02		15.108,02	15.108,02
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.321.081,34		3.321.081,34	1.257.687,60
11	Caixa	870,41		870,41	740,34
		3.321.951,75		3.321.951,75	1.258.427,94
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	435.386,39		435.386,39	406.013,03
272	Custos diferidos	18.656,57		18.656,57	21.775,19
		454.042,96		454.042,96	427.788,22
	Total de amortizações		47.007.644,64		
	Total de provisões		90.686,70		
	Total do activo	118.172.169,92	47.098.331,34	71.073.838,58	65.809.781,01

Município da Batalha

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
	Fundos próprios		
51	Património	56.222.653,14	51.061.813,14
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	115.000,00	115.000,00
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	-3.135.436,25	-1.952.107,87
88	Resultado líquido do exercício	-564.252,36	-1.183.328,38
		52.637.964,53	48.041.376,89
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	246.160,14	246.160,14
		246.160,14	246.160,14
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	1.059.066,69	1.157.490,46
2680262	Credores Administrações Públicas - FAM	285.478,84	356.848,84
		1.344.545,53	1.514.339,30
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	98.306,72	98.164,36
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	133.336,74	178.020,56
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	127.256,21	180.066,87
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	91.670,39	17.461,41
24	Estado e outros entes públicos	41.944,12	40.510,28
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	449.472,89	469.709,95
2618	Fornec. Imobilizado - Facturas em recepção e conferê	15.508,35	
2680261	Credores Administrações Públicas - FAM	71.370,00	71.370,00
		1.028.865,42	1.055.303,43
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	614.852,13	465.477,80

Município da Batalha

BALANÇO

ANO : 2016

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2016	2015
274	Proveitos diferidos	15.201.450,83	14.487.123,45
		15.816.302,96	14.952.601,29
	Total dos fundos próprios e do passivo	71.073.838,58	65.809.781,01

ORGÃO EXECUTIVO
Em 10 de 4 de 2011

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 26 de 4 de 2011

Município da Batalha
Demonstração de resultados

ANO : 2016

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	192.266,48	192.266,48	203.539,95	203.539,95
62	Fornecimentos e serviços externos	4.349.038,48		4.341.629,47	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.037.904,33		1.599.900,94	
643 a 648	Encargos sociais	558.619,70	6.945.562,51	413.124,03	6.354.654,44
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.299.104,16	1.299.104,16	1.087.380,41	1.087.380,41
66	Amortizações do exercício	3.153.702,18		3.200.084,42	
67	Provisões do exercício	3.487,27	3.157.189,45	20.651,16	3.220.735,58
65	Outros custos e perdas operacionais	25,50	25,50	702,00	702,00
	(A)		11.594.148,10		10.867.012,38
68	Custos e perdas financeiras	12.178,06	12.178,06	15.539,84	15.539,84
	(C)		11.606.326,16		10.882.552,22
69	Custos e perdas extraordinárias	403.655,42	403.655,42	308.014,84	308.014,84
	(E)		12.009.981,58		11.190.567,06
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-564.252,36	0,00	-1.183.328,38
			11.445.729,22		10.007.238,68
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	263,23		577,90	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		91,06	
712	Prestações de serviços	210.234,53	210.497,76	190.578,27	191.247,23
72	Impostos e taxas	3.671.734,98		3.538.985,78	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	155.511,94		145.401,62	
74	Transferências e subsídios obtidos	5.598.068,02		4.711.798,76	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	151.084,84	9.576.399,78	6.831,73	8.403.017,89
	(B)		9.786.897,54		8.594.265,12
78	Proveitos e ganhos financeiros	543.090,02	543.090,02	529.207,83	529.207,83
	(D)		10.329.987,56		9.123.472,95
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.115.741,66	1.115.741,66	883.765,73	883.765,73
	(F)		11.445.729,22		10.007.238,68

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-1.807.250,56	-2.272.747,26
Resultados financeiros: (D)-(C-A);	530.911,96	513.667,99
Resultados correntes: (D)-(C);	-1.276.338,60	-1.759.079,27
Resultados líquido do exercício: (F)-(E)	-564.252,36	-1.183.328,38

Órgão executivo

Em 10 de de

Órgão deliberativo

Em 16 de de 17

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos

Saldo da Gerência Anterior		1.273.535,96
Execução Orçamental	841.410,54	
Operações de Tesouraria	432.125,42	
Total das Receitas Orçamentais		12.414.903,70
Receitas Correntes		10.109.367,62
Receitas Capital		2.297.331,89
Receitas Outras		8.204,19
Operações de Tesouraria		612.443,03
Total		14.300.882,69

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais		10.342.448,69
Despesas Correntes		8.556.427,75
Despesas Capital		1.786.020,94
Operações de Tesouraria		621.374,23
Saldo para a Gerência Seguinte		3.337.059,77
Execução Orçamental	2.913.865,55	
Operações de Tesouraria	423.194,22	
Total		14.300.882,69

ORGÃO EXECUTIVO
Em 10 de 4 de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 26 de 4 de 2016

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos

Saldo da Gerência Anterior

1.273.535,96

Execução Orçamental

841.410,54

Operações de Tesouraria

432.125,42

Total das Receitas Orçamentais

12.414.903,70

Receitas Correntes

10.109.367,62

01	Impostos directos	2.987.725,11
0102	Outros	2.987.725,11
010202	Imposto municipal sobre imóveis	1.610.933,86
010203	Imposto único de circulação	438.616,68
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	498.118,72
010205	Derrama	440.055,85
02	Impostos indirectos	70.576,15
0202	Outros	70.576,15
020206	Impostos indirectos específicos das autarq. locais	70.576,15
02020601	Mercados e feiras	43.766,91
02020602	Loteamentos e obras	20.922,20
0202060202	Alvarás licenças e autorizações	15.037,09
0202060203	Alvarás de utilização	1.233,28
0202060205	Taxa realiz., reforço e manut. infr. urbanist.	1.703,51
0202060299	Outras	2.948,32
02020603	Ocupação da via pública	4.158,00
02020699	Outros	1.729,04
0202069999	Outros	1.729,04
04	Taxas, multas e outras penalidades	628.045,02
0401	Taxas	621.831,92
040123	Taxas específicas das autarquias locais	621.831,92
04012301	Mercados e feiras	441,65
04012302	Loteamentos e obras	48.778,18
0401230202	Alvarás licenças e autorizações	38.275,06
0401230203	Alvarás de utilização	2.196,03
0401230204	Prorrogações	1.378,64
0401230205	Taxa realiz., reforço e manut. infr. urbanist.	2.877,23
0401230299	Outras	4.051,22
04012303	Ocupação da via pública	2.985,72
04012306	Saneamento	266.771,55
0401230601	Conservação e tratamento de esgotos	266.771,55
04012399	Outras	302.854,82
0401239903	Recolha e tratamento de lixo	297.222,26
0401239904	Cemitérios	3.367,88
0401239999	Outras taxas	2.264,68
0402	Multas e outras penalidades	6.213,10
040201	Juros de mora	53,46
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	6.059,64
040299	Multas e penalidades diversas	100,00
04029902	Outras multas e penalidades	100,00

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos

Total das Receitas Orçamentais

12.414.903,70

Receitas Correntes

10.109.367,62

05	Rendimentos da propriedade	1.136.217,54
0502	Juros-Sociedades financeiras	763,18
050201	Bancos e outras instituições financeiras	763,18
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	28.839,46
050703	Empresas privadas	28.839,46
0510	Rendas	1.106.614,90
051001	Terrenos	463.138,06
05100101	Utilização Solo Eólicas	163.138,06
05100103	Concessão Parque Eólico	300.000,00
051099	Outros	643.476,84
05109901	Rendas de concessão e cessão	643.126,96
0510990101	Anuidades concessão de águas	1.230,00
0510990102	Concessão electricidade (EDP)	641.896,96
05109999	Outras rendas	349,88
06	Transferências correntes	4.970.609,36
0603	Administração central	4.970.609,36
060301	Estado	4.791.412,70
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	2.720.068,00
06030102	Fundo Social Municipal	245.790,00
06030103	Participação fixa no IRS	464.504,00
06030106	Contrato Interadministrativo Educação (MEC/DGPG)	1.361.050,70
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	2.195,55
06030603	Programa Estágios PEPAL	2.195,55
060307	Serviços e fundos autónomos	177.001,11
06030701	Instituto emprego formação profissional (IEFP)	6.399,16
0603070199	Outros Programas IEFP	6.399,16
06030704	Administração Eleitoral - DGAE	4.864,25
06030799	Outros serviços e fundos autónomos	165.737,70
07	Venda de bens e serviços correntes	162.124,81
0701	Venda de bens	279,00
070108	Mercadorias	279,00
07010899	Outras	279,00
0702	Serviços	147.285,76
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	2.100,00
07020199	Outros alugueres	2.100,00
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	33.427,95
07020801	Serviços sociais	33.427,95
070209	Serviços específicos das autarquias	111.757,81
07020901	Saneamento	12.788,24
0702090102	Execução ramais domiciliários	12.788,24
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	693,10
0702090301	Passes escolares	693,10
07020905	Cemitérios	18.950,55
07020907	Parques de estacionamento	42.183,06
07020999	Outros	37.142,86
0702099902	Execução ramais domiciliários água	343,21

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos		
Total das Receitas Orçamentais		12.414.903,70
Receitas Correntes		10.109.367,62
0702099903	Serviços limpeza de fossas	6.827,82
0702099904	Serviços administrativos - fotocópias e certidões	24.540,66
0702099905	Elevadores	1.953,60
0702099999	Diversos	3.477,57
0703	Rendas	14.560,05
070399	Outras	14.560,05
08	Outras receitas correntes	154.069,63
0801	Outras	154.069,63
080199	Outras	154.069,63
08019999	Diversas	154.069,63
Receitas Capital		2.297.331,89
09	Venda de bens de investimento	166.498,85
0901	Terrenos	148.300,00
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	148.300,00
09010101	Alienação de Terrenos	148.300,00
0901010101	Alienação Lotes Lg. 14 de Agosto (Lote 3)	148.300,00
0904	Outros bens de investimento	18.198,85
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	18.198,85
09040101	Equipamento de transporte	18.198,85
10	Transferências de capital	2.113.219,47
1003	Administração central	2.113.219,47
100301	Estado	580.173,86
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	576.983,00
10030106	Contrato Interadministrativo Educação (MEC/DGPGI)	3.190,86
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.533.045,61
10030704	PORTUGAL 2020	153.067,05
10030709	QREN (Quadro de Referência Estratégica nacional)	1.379.978,56
1003070901	PORC - Programa Operacional Regional do Centro	1.313.189,46
1003070902	POVT - Programa Operacional Valorização Território	66.789,10
13	Outras receitas de capital	17.613,57
1301	Outras	17.613,57
130199	Outras	17.613,57
Receitas Outras		8.204,19
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	8.204,19
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	8.204,19
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	8.204,19
Operações de Tesouraria		612.443,03
Total		14.300.882,69

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos			
Total das Despesas Orçamentais			10.342.448,69
Despesas Correntes			7.669.050,09
01	01	Despesas com o pessoal	2.590.057,50
01	0101	Remunerações certas e permanentes	1.995.209,87
01	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	145.074,01
01	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1.311.570,78
01	01010401	Pessoal em funções	875.513,06
01	01010490	Pessoal em Funções - Cedência MEC / AE (Educação)	436.057,72
01	010106	Pessoal contratado a termo	25.772,48
01	01010601	Pessoal em funções	25.772,48
01	010108	Pessoal aguardando aposentação	1.004,44
01	010109	Pessoal em qualquer outra situação	37.182,96
01	010111	Representação	39.062,14
01	010113	Subsidio de refeição	136.866,29
01	01011301	Pessoal dos quadros	75.819,12
01	01011302	Pessoal contratado a termo	1.194,58
01	01011303	Membros dos órgãos autárquicos	3.770,41
01	01011304	Pessoal em qualquer outra situação	1.989,82
01	01011305	Pessoal - Cedência MEC/AE (Educação)	54.092,36
01	010114	Subsídio de férias e de Natal	265.204,48
01	01011401	Pessoal dos quadros	149.506,23
01	01011402	Pessoal contratado a termo	5.833,28
01	01011403	Membros dos órgãos autárquicos	22.851,47
01	01011404	Pessoal em qualquer outra situação	6.186,26
01	01011405	Pessoal em Funções - Cedência MEC/AE (Educação)	80.827,24
01	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	33.472,29
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	25.558,05
01	010202	Horas extraordinárias	8.247,83
01	010204	Ajudas de custo	11.599,44
01	010205	Abono para falhas	2.345,46
01	010213	Outros suplementos e prémios	3.365,32
01	01021302	Outros	3.365,32
01	0103	Segurança social	569.289,58
01	010301	Encargos com a saúde	96.174,93
01	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	13.363,76
01	010305	Contribuições para a segurança social	442.987,17
01	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	411.930,33
01	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	296.044,35
01	0103050202	Regime Geral	115.885,98
01	01030503	Segurança social-Regime geral	31.056,84
01	010309	Seguros	16.763,72
01	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	16.763,72
01	02	Aquisição de bens e serviços	4.184.141,60
01	0201	Aquisição de bens	645.257,35
01	020101	Matérias-primas e subsidiárias	22.324,35
01	020102	Combustíveis e lubrificantes	66.618,64
01	02010201	Gasolina	9.504,30
01	02010202	Gasóleo	51.461,41

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		10.342.448,69
Despesas Correntes		7.669.050,09
01	02010299	Outros 5.652,93
01	020104	Limpeza e higiene 11.687,48
01	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas 335.449,46
01	020107	Vestuário e artigos pessoais 5.514,93
01	020108	Material de escritório 10.053,32
01	020111	Material de consumo clínico 439,78
01	020112	Material de transporte-Peças 2.070,03
01	020114	Outro material-Peças 212,64
01	020115	Prémios, condecorações e ofertas 43.407,78
01	020116	Mercadorias para venda 200,00
01	02011603	Outras 200,00
01	020117	Ferramentas e utensílios 15.253,25
01	020118	Livros e documentação técnica 762,80
01	020119	Artigos honoríficos e de decoração 516,67
01	020120	Material de educação, cultura e recreio 4.425,70
01	020121	Outros bens 126.320,52
01	0202	Aquisição de serviços 3.538.884,25
01	020201	Encargos das instalações 792.105,48
01	020202	Limpeza e higiene 8.793,91
01	020203	Conservação de bens 102.772,78
01	020209	Comunicações 32.145,62
01	020210	Transportes 82.315,07
01	020211	Representação dos serviços 7.214,98
01	020212	Seguros 44.242,76
01	020213	Deslocações e estadas 750,50
01	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria 22.380,25
01	020215	Formação 659,31
01	020216	Seminários, exposições e similares 274.273,42
01	020217	Publicidade 37.781,89
01	020218	Vigilância e segurança 54.695,94
01	020219	Assistência técnica 40.213,21
01	020220	Outros trabalhos especializados 145.209,18
01	020222	Serviços de saúde 4.896,35
01	020224	Encargos de cobrança de receitas 79.664,88
01	020225	Outros serviços 1.808.768,72
01	02022501	Recolha e tratamento de efluentes (AGL) 839.041,53
01	02022502	Limpeza e recolha de lixo 573.530,40
01	02022503	Tratamento de lixo (Valorlis) 209.625,33
01	02022506	Manutenção Parques e Jardins 7.073,10
01	02022507	Aluguer de equipamento 111.297,70
01	02022599	Diversos 68.200,66
01	03	Juros e outros encargos 9.831,23
01	0301	Juros da dívida pública 9.831,23
01	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras 9.831,23
01	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos 9.831,23
01	04	Transferências correntes 750.721,70

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos			
Total das Despesas Orçamentais			10.342.448,69
Despesas Correntes			7.669.050,09
01	0403	Administração central	211.804,48
01	040301	Estado	211.804,48
01	0405	Administração local	46.018,05
01	040501	Continente	46.018,05
01	04050102	Freguesias	31.630,73
01	04050104	Associações de municípios	14.387,32
01	0407	Instituições sem fins lucrativos	393.179,77
01	040701	Instituições sem fins lucrativos	393.179,77
01	0408	Famílias	99.719,40
01	040802	Outras	99.719,40
01	06	Outras despesas correntes	134.298,06
01	0602	Diversas	134.298,06
01	060203	Outras	134.298,06
01	06020301	Outras restituições	48.181,36
01	06020302	IVA pago	18.546,10
01	06020304	Serviços bancários	2.986,57
01	06020305	Outras	64.584,03
Despesas Capital			1.786.020,94
01	07	Aquisição de bens de capital	1.399.145,07
01	0701	Investimentos	659.679,08
01	070101	Terrenos	1.064,22
01	070103	Edifícios	570.263,44
01	07010301	Instalações de serviços	245.721,37
01	07010302	Instalações desportivas e recreativas	29.998,12
01	07010305	Escolas	280.991,28
01	07010307	Outros	13.552,67
01	070107	Equipamento de informática	18.054,68
01	070108	Software informático	9.149,11
01	070109	Equipamento administrativo	463,71
01	070110	Equipamento básico	8.675,94
01	07011002	Outro	8.675,94
01	070111	Ferramentas e utensílios	45.169,18
01	070113	Investimentos incorpóreos	6.838,80
01	0703	Bens de domínio público	739.465,99
01	070303	Outras construções e infraestruturas	739.465,99
01	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	615.560,42
01	07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	8,19
01	07030304	Iluminação pública	10.920,65
01	07030305	Parques e jardins	18.053,21
01	07030313	Outros	94.923,52
01	08	Transferências de capital	202.443,11
01	0805	Administração local	66.405,12
01	080501	Continente	66.405,12
01	08050102	Freguesias	66.405,12
01	0807	Instituições sem fins lucrativos	136.037,99

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais

10.342.448,69

Despesas Capital

1.786.020,94

01	080701	Instituições sem fins lucrativos	136.037,99
01	09	Activos financeiros	71.370,00
01	0908	Unidades de participação	71.370,00
01	090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	71.370,00
01	10	Passivos financeiros	113.062,76
01	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	113.062,76
01	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	113.062,76

Despesas Correntes

8.207,26

02	01	Despesas com o pessoal	8.207,26
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	8.207,26
02	010213	Outros suplementos e prémios	8.207,26
02	01021302	Outros	8.207,26

Despesas Correntes

879.170,40

03	02	Aquisição de bens e serviços	322.307,65
03	0202	Aquisição de serviços	322.307,65
03	020210	Transportes	61.513,58
03	020225	Outros serviços	260.794,07
03	02022505	Limpeza, manut.inf.utiliz.colectiva aluguer equip	28.145,45
03	02022506	Manutenção Parques e Jardins	124.883,51
03	02022599	Diversos	107.765,11
03	05	Subsídios	556.862,75
03	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	556.862,75
03	050101	Públicas	556.862,75
03	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	556.862,75

Operações de Tesouraria

621.374,23

Saldo para a Gerência Seguinte

3.337.059,77

Execução Orçamental
Operações de Tesouraria

2.913.865,55
423.194,22

Total

14.300.882,69

ORGÃO EXECUTIVO

Em 26 de 4 de 2016

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 26 de 17 de 2016

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos

Saldo da Gerência Anterior

1 273 535,96

Execução Orçamental
Operações de Tesouraria

841 410,54
432 125,42

Total das Receitas Orçamentais

12 414 903,70

Receitas Correntes

10 109 367,62

01	Impostos directos	2 987 725,11
0102	Outros	2 987 725,11
010202	Imposto municipal sobre imóveis	1 610 933,86
010203	Imposto único de circulação	438 616,68
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	498 118,72
010205	Derrama	440 055,85
02	Impostos indirectos	70 576,15
0202	Outros	70 576,15
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.loais	70 576,15
02020601	Mercados e feiras	43 766,91
02020602	Loteamentos e obras	20 922,20
0202060202	Alvarás licenças e autorizações	15 037,09
0202060203	Alvarás de utilização	1 233,28
0202060205	Taxa realiz., reforço e manut. infr. urbanist.	1 703,51
0202060299	Outras	2 948,32
02020603	Ocupação da via pública	4 158,00
02020699	Outros	1 729,04
0202069999	Outros	1 729,04
04	Taxas, multas e outras penalidades	628 045,02
0401	Taxas	621 831,92
040123	Taxas específicas das autarquias locais	621 831,92
04012301	Mercados e feiras	441,65
04012302	Loteamentos e obras	48 778,18
0401230202	Alvarás licenças e autorizações	38 275,06
0401230203	Alvarás de utilização	2 196,03
0401230204	Prorrogações	1 378,64
0401230205	Taxa realiz., reforço e manut. infr. urbanist.	2 877,23
0401230299	Outras	4 051,22
04012303	Ocupação da via pública	2 985,72
04012306	Saneamento	266 771,55
0401230601	Conservação e tratamento de esgotos	266 771,55
04012399	Outras	302 854,82
0401239903	Recolha e tratamento de lixos	297 222,26
0401239904	Cemitérios	3 367,88
0401239999	Outras taxas	2 264,68
0402	Multas e outras penalidades	6 213,10
040201	Juros de mora	53,46
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	6 059,64
040299	Multas e penalidades diversas	100,00
04029902	Outras multas e penalidades	100,00

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos

Total das Receitas Orçamentais

12 414 903,70

Receitas Correntes

10 109 367,62

05	Rendimentos da propriedade	1 136 217,54
0502	Juros-Sociedades financeiras	763,18
050201	Bancos e outras instituições financeiras	763,18
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	28 839,46
050703	Empresas privadas	28 839,46
0510	Rendas	1 106 614,90
051001	Terrenos	463 138,06
05100101	Utilização Solo Eólicas	163 138,06
05100103	Concessão Parque Eólico	300 000,00
051099	Outros	643 476,84
05109901	Rendas de concessão e cessão	643 126,96
0510990101	Anuidades concessão de águas	1 230,00
0510990102	Concessão electricidade (EDP)	641 896,96
05109999	Outras rendas	349,88
06	Transferências correntes	4 970 609,36
0603	Administração central	4 970 609,36
060301	Estado	4 791 412,70
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	2 720 068,00
06030102	Fundo Social Municipal	245 790,00
06030103	Participação fixa no IRS	464 504,00
06030106	Contrato Interadministrativo Educação (MEC/DGPGI)	1 361 050,70
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	2 195,55
06030603	Programa Estágios PEPAL	2 195,55
060307	Serviços e fundos autónomos	177 001,11
06030701	Instituto emprego formação profissional (IEFP)	6 399,16
0603070199	Outros Programas IEFP	6 399,16
06030704	Administração Eleitoral - DGAE	4 864,25
06030799	Outros serviços e fundos autónomos	165 737,70
07	Venda de bens e serviços correntes	162 124,81
0701	Venda de bens	279,00
070108	Mercadorias	279,00
07010899	Outras	279,00
0702	Serviços	147 285,76
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	2 100,00
07020199	Outros alugueres	2 100,00
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	33 427,95
07020801	Serviços sociais	33 427,95
070209	Serviços específicos das autarquias	111 757,81
07020901	Saneamento	12 788,24
0702090102	Execução ramais domiciliários	12 788,24
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	693,10
0702090301	Passes escolares	693,10
07020905	Cemitérios	18 950,55
07020907	Parques de estacionamento	42 183,06
07020999	Outros	37 142,86
0702099902	Execução ramais domiciliários água	343,21

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Recebimentos		
Total das Receitas Orçamentais		12 414 903,70
Receitas Correntes		10 109 367,62
0702099903	Serviços limpeza de fossas	6 827,82
0702099904	Serviços administrativos - fotocópias e certidões	24 540,66
0702099905	Elevadores	1 953,60
0702099999	Diversos	3 477,57
0703	Rendas	14 560,05
070399	Outras	14 560,05
08	Outras receitas correntes	154 069,63
0801	Outras	154 069,63
080199	Outras	154 069,63
08019999	Diversas	154 069,63
Receitas Capital		2 297 331,89
09	Venda de bens de investimento	166 498,85
0901	Terrenos	148 300,00
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	148 300,00
09010101	Alienação de Terrenos	148 300,00
0901010101	Alienação Lotes Lg. 14 de Agosto (Lote 3)	148 300,00
0904	Outros bens de investimento	18 198,85
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	18 198,85
09040101	Equipamento de transporte	18 198,85
10	Transferências de capital	2 113 219,47
1003	Administração central	2 113 219,47
100301	Estado	580 173,86
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	576 983,00
10030106	Contrato Interadministrativo Educação (MEC/DGPGI)	3 190,86
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1 533 045,61
10030704	PORTUGAL 2020	153 067,05
10030709	QREN (Quadro de Referência Estratégica nacional)	1 379 978,56
1003070901	PORC - Programa Operacional Regional do Centro	1 313 189,46
1003070902	POVT - Programa Operacional Valorização Território	66 789,10
13	Outras receitas de capital	17 613,57
1301	Outras	17 613,57
130199	Outras	17 613,57
Receitas Outras		8 204,19
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 204,19
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 204,19
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	8 204,19
Operações de Tesouraria		612 443,03
Total		14 300 882,69

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais

10 342 448,69

Despesas Correntes

8 556 427,75

01	Despesas com o pessoal	2 598 264,76
0101	Remunerações certas e permanentes	1 995 209,87
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	145 074,01
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1 311 570,78
01010401	Pessoal em funções	875 513,06
01010490	Pessoal em Funções - Cedência MEC / AE (Educação)	436 057,72
010106	Pessoal contratado a termo	25 772,48
01010601	Pessoal em funções	25 772,48
010108	Pessoal aguardando aposentação	1 004,44
010109	Pessoal em qualquer outra situação	37 182,96
010111	Representação	39 062,14
010113	Subsidio de refeição	136 866,29
01011301	Pessoal dos quadros	75 819,12
01011302	Pessoal contratado a termo	1 194,58
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	3 770,41
01011304	Pessoal em qualquer outra situação	1 989,82
01011305	Pessoal - Cedência MEC/AE (Educação)	54 092,36
010114	Subsídio de férias e de Natal	265 204,48
01011401	Pessoal dos quadros	149 506,23
01011402	Pessoal contratado a termo	5 833,28
01011403	Membros dos órgãos autárquicos	22 851,47
01011404	Pessoal em qualquer outra situação	6 186,26
01011405	Pessoal em Funções - Cedência MEC/AE (Educação)	80 827,24
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	33 472,29
0102	Abonos variáveis ou eventuais	33 765,31
010202	Horas extraordinárias	8 247,83
010204	Ajudas de custo	11 599,44
010205	Abono para falhas	2 345,46
010213	Outros suplementos e prémios	11 572,58
01021302	Outros	11 572,58
0103	Segurança social	569 289,58
010301	Encargos com a saúde	96 174,93
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	13 363,76
010305	Contribuições para a segurança social	442 987,17
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	411 930,33
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	296 044,35
0103050202	Regime Geral	115 885,98
01030503	Segurança social-Regime geral	31 056,84
010309	Seguros	16 763,72
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	16 763,72
02	Aquisição de bens e serviços	4 506 449,25
0201	Aquisição de bens	645 257,35
020101	Matérias-primas e subsidiárias	22 324,35
020102	Combustíveis e lubrificantes	66 618,64
02010201	Gasolina	9 504,30
02010202	Gasóleo	51 461,41

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais

10 342 448,69

Despesas Correntes

8 556 427,75

02010299	Outros	5 652,93
020104	Limpeza e higiene	11 687,48
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	335 449,46
020107	Vestuário e artigos pessoais	5 514,93
020108	Material de escritório	10 053,32
020111	Material de consumo clínico	439,78
020112	Material de transporte-Peças	2 070,03
020114	Outro material-Peças	212,64
020115	Prémios, condecorações e ofertas	43 407,78
020116	Mercadorias para venda	200,00
02011603	Outras	200,00
020117	Ferramentas e utensílios	15 253,25
020118	Livros e documentação técnica	762,80
020119	Artigos honoríficos e de decoração	516,67
020120	Material de educação, cultura e recreio	4 425,70
020121	Outros bens	126 320,52
0202	Aquisição de serviços	3 861 191,90
020201	Encargos das instalações	792 105,48
020202	Limpeza e higiene	8 793,91
020203	Conservação de bens	102 772,78
020209	Comunicações	32 145,62
020210	Transportes	143 828,65
020211	Representação dos serviços	7 214,98
020212	Seguros	44 242,76
020213	Deslocações e estadas	750,50
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	22 380,25
020215	Formação	659,31
020216	Seminários, exposições e similares	274 273,42
020217	Publicidade	37 781,89
020218	Vigilância e segurança	54 695,94
020219	Assistência técnica	40 213,21
020220	Outros trabalhos especializados	145 209,18
020222	Serviços de saúde	4 896,35
020224	Encargos de cobrança de receitas	79 664,88
020225	Outros serviços	2 069 562,79
02022501	Recolha e tratamento de efluentes (AGL)	839 041,53
02022502	Limpeza e recolha de lixo	573 530,40
02022503	Tratamento de lixo (Valorlis)	209 625,33
02022505	Limpeza, manut.inf.utiliz.colectiva aluguer equip	28 145,45
02022506	Manutenção Parques e Jardins	131 956,61
02022507	Aluguer de equipamento	111 297,70
02022599	Diversos	175 965,77
03	Juros e outros encargos	9 831,23
0301	Juros da dívida pública	9 831,23
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	9 831,23
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	9 831,23

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos

Total das Despesas Orçamentais

10 342 448,69

Despesas Correntes

8 556 427,75

04	Transferências correntes	750 721,70
0403	Administração central	211 804,48
040301	Estado	211 804,48
0405	Administração local	46 018,05
040501	Continente	46 018,05
04050102	Freguesias	31 630,73
04050104	Associações de municípios	14 387,32
0407	Instituições sem fins lucrativos	393 179,77
040701	Instituições sem fins lucrativos	393 179,77
0408	Famílias	99 719,40
040802	Outras	99 719,40
05	Subsídios	556 862,75
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	556 862,75
050101	Públicas	556 862,75
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	556 862,75
06	Outras despesas correntes	134 298,06
0602	Diversas	134 298,06
060203	Outras	134 298,06
06020301	Outras restituições	48 181,36
06020302	IVA pago	18 546,10
06020304	Serviços bancários	2 986,57
06020305	Outras	64 584,03

Despesas Capital

1 786 020,94

07	Aquisição de bens de capital	1 399 145,07
0701	Investimentos	659 679,08
070101	Terrenos	1 064,22
070103	Edifícios	570 263,44
07010301	Instalações de serviços	245 721,37
07010302	Instalações desportivas e recreativas	29 998,12
07010305	Escolas	280 991,28
07010307	Outros	13 552,67
070107	Equipamento de informática	18 054,68
070108	Software informático	9 149,11
070109	Equipamento administrativo	463,71
070110	Equipamento básico	8 675,94
07011002	Outro	8 675,94
070111	Ferramentas e utensílios	45 169,18
070113	Investimentos incorpóreos	6 838,80
0703	Bens de domínio público	739 465,99
070303	Outras construções e infraestruturas	739 465,99
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	615 560,42
07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	8,19
07030304	Iluminação pública	10 920,65
07030305	Parques e jardins	18 053,21
07030313	Outros	94 923,52

Fluxos de Caixa

Município da Batalha

Ano: 2016

(designação da autarquia local)

(unidade: €)

Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		10 342 448,69
Despesas Capital		1 786 020,94
08	Transferências de capital	202 443,11
0805	Administração local	66 405,12
080501	Continente	66 405,12
08050102	Freguesias	66 405,12
0807	Instituições sem fins lucrativos	136 037,99
080701	Instituições sem fins lucrativos	136 037,99
09	Activos financeiros	71 370,00
0908	Unidades de participação	71 370,00
090802	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	71 370,00
10	Passivos financeiros	113 062,76
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	113 062,76
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	113 062,76
Operações de Tesouraria		621 374,23
Saldo para a Gerência Seguinte		3 337 059,77
Execução Orçamental		2 913 865,55
Operações de Tesouraria		423 194,22
Total		14 300 882,69

ORGÃO EXECUTIVO
Em ... de ... de 2017

ORGÃO DELIBERATIVO
Em ... de ... de 2017

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTRODUÇÃO

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município da Batalha, nos termos do ponto 2.4. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação e das resoluções do tribunal de Contas n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, n.º 4/2014 e n.º 3/2016.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 – *Caracterização da Entidade;*
- 8.2 – *Notas ao balanço e à demonstração de resultados;*
- 8.3 – *Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.*

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de contabilidade das Autarquias locais (POCAL).

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação relativa à identificação e caracterização do Município da Batalha consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derogadas:

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustada ao carácter específico da sua atividade.

No exercício económico em análise, não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados não comparáveis com os exercícios anteriores:

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, não se verificando alterações nas políticas utilizadas em exercícios anteriores.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados nas várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados e respetivos fundamentos:

Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, obedecem ao estabelecido nesta matéria no POCAL, resumindo-se por grandes classes:

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:

As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No entanto, no decurso da fase de implementação do POCAL, a Autarquia, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a valorização dos bens móveis ao custo de aquisição. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objeto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros estão valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procede-se aos respetivos ajustamentos, através da constituição de uma provisão pelo montante da diferença entre o custo de aquisição e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

AMORTIZAÇÕES:

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº

671/2000, de 17 de abril (IIª Série). De conformidade com o artº.34º da citada portaria, os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente.

EXISTÊNCIAS:

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS:

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida é transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

DISPONIBILIDADES:

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respetivamente.

PROVISÕES:

As principais situações que podem gerar a necessidade de registo de provisões são aquelas que se relacionam com: aplicações de tesouraria, cobrança duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobranças duvidosa são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado. Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões foram calculadas de acordo com as seguintes percentagens: 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.
2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a

autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos tribunais não tenha ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:

Autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pela qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos diretos relativos ao exercício em relato, cujo seu recebimento apenas ocorrerá no exercício seguinte e outros proveitos que à data do balanço tenham igualmente sido já obtidos, mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se no exercício posterior.

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios futuros. Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativos à remuneração das férias e subsídios de férias.

Na rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município da Batalha recebeu, no âmbito dos apoios comunitários (QREN), os quais, estando associados aos ativos tangíveis, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que dizem respeito.

Na rubrica de custos diferidos são registados os custos a reconhecer nos exercícios seguintes, cuja despesa tenha ocorrido no presente exercício. Salientam-se neste âmbito os custos relativos a seguros e contratos de manutenção de software informático.

8.2.4 – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira:

Não aplicável

8.2.5 – Situações especiais que afetam o resultado do exercício:

No exercício económico em análise não se verificam situações especiais que afetam o resultado do exercício.

f

8.2.6 – Explicação das Despesas de Instalação, Investigação e de desenvolvimento

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras, a Autarquia não efetuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de investigação e de desenvolvimento.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado:

Os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço, podem ser resumidos no mapa seguinte mapa:

Q.1. Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferên- cias	Saldo Final
De Bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	3.750,96							3.750,96
Edifícios							1923.210,95	83.100.556,00
Outras construções e infraestruturas	81.177.345,05							50.000,00
Bens do Património histórico, artístico e cultural	50.000,00							50.000,00
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	1723.063,52		627.921,72				-1923.210,95	427.774,29
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	82.954.59,53		627.921,72				0,00	83.582.518,125
De Imobilizações incorpóreas								
Despesas de instalação								
Despesas de investigação e desenvolvimento								
Propriedade industrial e outros direitos								
Imobilizações em curso	291.990,35		6.838,80					298.829,15
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	291.990,35		6.838,80					298.829,15
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	879.317,71		1064,22					880.381,93
Edifícios e outras construções	17.357.303,72		5.160.840,00				223.052,87	22.741.196,59
Equipamento básico	15.0304,14		6.297,54			8.904,42		15.10.697,26
Equipamento de transporte	115.268,43			57.804,39		0,00		1057.464,04
Ferramentas e utensílios	452.992,96		51229,18	2.888,79		373,53		500.959,82
Equipamento administrativo	1408.179,90		29.168,73			22.072,01	3.670,32	1418.946,94
Taras e vasilhame								
Outras imobilizações corpóreas	361.120,85							361.120,85
Imobilizações em curso	2407.16,49		728.294,47				-226.723,18	742.287,77
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								0,00
Sub-Total	23.328.204,20		5.976.894,14			31.349,96	0,00	29.213.055,20
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	166.789,08							166.789,08
Obrigações e títulos de participação	550.468,63							550.468,63
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações de tesouraria								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos de dívida pública								
Outros títulos								
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de bens de dom. público								
Sub-Total	717.257,71		0,00					717.257,71
TOTAL	107.291.611,79		6.611.654,66			31.349,96	0,00	107.291.611,79

8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respectivas amortizações

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas das amortizações do ativo imobilizado constante no balanço estão desagregadas da seguinte forma:

Q.2. Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	,00	,00	,00
Edifícios	4852	,00	,00	,00
Outras construções e infra-estruturas	4853	37.424.002,40	2.635.841,22	,00
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	,00	,00	,00
Outros bens de domínio público	4859	,00	,00	,00
Sub-Total		37.424.002,40	2.635.841,22	,00
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	,00	,00	,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	,00	,00	,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	1.245.254,86	192.462,23	,00
Outras construções	48222	1.291.395,79	125.406,83	,00
Equipamento básico	4823	1.223.567,37	32.301,96	8.904,42
Equipamento de transporte	4824	811.281,54	47.203,11	57.804,39
Ferramentas e utensílios	4825	392.554,00	37.638,37	3.262,32
Equipamento administrativo	4826	1.300.673,56	59.639,22	22.072,01
Taras e vasilhame	4827	,00	,00	,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	257.256,08	23.209,24	,00
Sub-Total		6.521.983,20	517.860,96	,00
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	,00	,00	,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	,00	,00	,00
Outras construções	48122	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	,00	,00	,00
Obrigações e títulos de participação	492	,00	,00	,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	,00	,00	,00
Títulos de dívida pública	4952	,00	,00	,00
Outros títulos	4953	,00	,00	,00
Sub-Total		,00	,00	,00
Total		43.945.985,60	3.153.702,18	0,00

8.2.9 – Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção:

Não aplicável

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais adotados na reavaliação dos bens do imobilizado:

Não aplicável.

8.2.11 - Mapa discriminativo das reavaliações:

No exercício em análise não existem bens reavaliados.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício:

No exercício em análise não existe registo de imobilizações reversíveis.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira:

No exercício em análise não existem contratos de locação financeira.

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar:

Foram incorporados no inventário municipal, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder à sua valorização patrimonial e cuja listagem faz parte dos documentos de prestação de contas.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização:

A não amortização de bens de domínio público decorre da própria Lei (CIBE – Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado grupo homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos e ajardinamentos diversos.

A relação dos bens de domínio público não amortizáveis, consta nos documentos da prestação de contas.

8.2.16 – Entidades Participadas

O mapa seguinte expressa as participações do Município em entidades societárias e não societárias.

(Euros)						
Designação	Sede	Número Contribuinte	Contribuição Participação	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
					2016	2015
Participações em Entidades Não Societárias						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Lisboa	513319182	499 588,84	650.000.000	-	-
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	501627413	4 781	2 004 165	39 021	111 659
CESAB - Centro Serviços do Ambiente	Mealhada	502883308	22 500	971 770	23 828	-37 634
CEPAE - Centro Património da Estremadura	Batalha	503874825	300	32 309	-1 481	348
ADAE - Associação Desenvolvimento Alta Estremadura [a)]	Leiria	503725099	3 000			-9 908
CIMPL - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral [a)]	Leiria	508035546	10 000			-14 490
MPH – Mosteiros de Portugal [a)]	Tomar	509481612	-			
AIRC - Associação Informática da Região Centro	Coimbra	501378669	-	8 602 588	370 939	3 004 937
Enerdura - Agência Regional Energia da Alta Estremadura	Leiria	505074737	998	18 182	3 017	7 993
OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	Merinha Grande	506125890	1 000	1 030 119	599	14 913
Participações em Entidades Societárias						
Lusitaniagás - Companhia Gás do Centro	Aveiro	502761024	2 640	62 501 975	5 084 622	7 120 555
MapiCentro - Soc. Abate Com. Transf. Carn. Subprodutos	Leiria	501638938	230	308 847	-291 513	-515 626
Águas do Centro Litoral S.A.	Leiria	504864688	77 775	90 753 761	3 970 212	3 813 845
Valoris - Valorização Trat. Resíduos Sólidos	Leiria	503811866	49 400	10 334 183	734 224	1 364 461
Iserbatalha, E.M.	Batalha	504825461	49 880	25 058	-58 784	11 244
Ambibatalha, S.A.	Abrantes	506867781	10 000	233 197	-729	-835

8.2.17 – Elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”

Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), referem-se aos títulos de Caixa GEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Ativos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas*;

Outras aplicações financeiras - Não se efetuaram movimentos na conta em questão.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras:

Não se efetuaram movimentos na conta de outras aplicações financeiras.

8.2.19 – Apuramento das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos dos elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimétricos adaptados e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

No exercício em análise não se verificaram diferenças materialmente relevantes.



8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

8.2.21 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante.

Não aplicável.

8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

Durante o exercício de 2016 foram considerados 3.487,27 euros de dívidas relativas aos anos anteriores, cuja cobrança se apresenta duvidosa, não obstante o seu envio para cobrança em sede de execução fiscal. Por outro lado, a Autarquia recuperou 420,49 euros de dívidas registada em cobrança duvidosa de exercícios anteriores.

Q.3. Clientes – Cobrança Duvidosa

Conta	Cliente Designação	Antig.Saldos		Provisões Exercício	S.I.	Provisões		Final
		> 6 m	> 12 m			Aumentos	Reduções	
218101	Clientes cobrança duvidosa (>6m)	x				0,00	0,00	0,00
218102	Clientes cobrança duvidosa (>12m)		x	3.487,27	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70
TOTAL				3.487,27	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70

8.2.23 – Valor das dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal da Autarquia:

No exercício em análise não se verificaram dívidas ativas e passivas relativas ao pessoal.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela Autarquia.

Não aplicável.

8.2.25 – Dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

**8.2.26 – Contas de Ordem****Q.4. Contas de Ordem**

Código e Designação das Contas	Saldo Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência anterior	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
93 Garantias e Cauções de Terceiros						
932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas						
9321 Prestadas por Fornecedores de c/c	428.356,31		435.673,23		428.356,31	
9322 Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.883.716,29		1.097,64		2.319.389,52	
9323 Prestadas por Outros Credores	2.581.394,88				2.582.492,52	
Sub total	4.893.467,48		436.770,87		5.330.238,35	
933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas						
9331 Devolvidas a Fornecedores de c/c						
9332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				73.191,62		115.970,16
9333 Devolvidas a Outros Credores				1.357,95		2.342,99
Sub total				74.549,57		118.313,15
934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
9341 Acionadas a Fornecedores de c/c						
9342 Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				11.121,58		11.121,58
9343 Acionadas a Outros Credores						
Sub total				11.121,58		11.121,58
TOTAL	4.893.467,48		436.770,87	85.671,15	5.244.567,20	

8.2.27 – Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas**Q.5. Provisões Acumuladas**

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
291	Provisões para cobranças duvidosas	87.619,92	3.487,27	420,49	90.686,70
292	Provisões para riscos e encargos	246.160,14	0,00		246.160,14
TOTAL		333.780,06	3.487,27	420,49	336.846,84

O valor registado na rubrica provisões para cobranças duvidosas reporta-se a dívidas em mora de clientes de cobrança duvidosa de serviços prestados pela execução de ramais domiciliários de esgotos, cujos processos se encontram em execução fiscal.

O montante estimado de Provisões para Riscos e Encargos, resultou do relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico, do qual se conclui pela incapacidade de determinar, para alguns processos, valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças. O valor provisionado para riscos e encargos inclui também um valor relacionado com um diferendo sobre uma fatura (não reconhecida pelo município) da Simlis (atual ACL-Águas do Centro Litoral).


8.2.28 - Fundo Patrimonial:**Q.6. Fundo Patrimonial**

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	51.061.813,14	5.160.840,00		56.222.653,14
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	115.000,00			115.000,00
577 - Reservas decorrentes de transferências de ativos				
59 - Resultados Transitados	-1.952.107,87		1.183.328,38	-3.135.436,25
88 - Resultado Líquido do Exercício	-1.183.328,38	619.076,02		-564.252,36
Total	48.041.376,89	5.779.916,02	1.183.328,38	52.637.964,53

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2016, em cada uma das contas da classe 5 verifica-se:

- A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. No presente ano económico ocorreu um aumento global de 5.160.840,00€, resultado da integração dos seguintes prédios urbanos:
 - Escola Básica e Secundária da Batalha, ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências (Contrato de Educação e Formação Municipal), outorgado em 18/05/2015, entre o Ministério da Educação e Ciência (MEC), a Presidência do Conselho de Ministros e o Município da Batalha, no montante de 5.144.280,00€.
 - Prédios urbanos onde funcionaram as “Casas dos Portageiros” localizados na Ponte da Boutaca, no montante de 16.560,00€.
- A conta 576 – Doações, regista o valor das doações concedidas ao Município da Batalha – não tendo ocorrido qualquer movimento em 2016.
- A conta 59 – Resultados Transitados, teve os seguintes movimentos: aplicação do resultado líquido negativo proveniente do exercício anterior (diminuição de 1.183.328,38 €).

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Q.7. Custo mercadorias e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	245.197,06
Compras	0,00	186.492,71
Regularizações de existências	0,00	-2.383,13
Existências finais		237.040,16
Custos no exercício	0,00	192.266,48

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Não aplicável no exercício em análise.

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	9.596,10	13.639,79	781	Juros obtidos	175,69	6.016,19
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	514.086,28	511.242,72
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	28.828,05	11.948,92
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	2.581,96	1.900,05	787	Ganhos na alienação de aplic. tesouraria		
	Resultados Financeiros	530.911,96	513.667,99	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	543.090,02	529.207,83			543.090,02	529.207,83

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	172.812,83	289.742,44	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	2.544,31	1.080,88	793	Ganhos em existências	0,00	18.948,72
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações	163.395,00	166.547,50
695	Multas e Penalidades	10,67		795	Benefícios de penalidades contratuais	6.212,50	9.841,14
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	420,49	653,29
697	Correções relativas a exercícios anteriores	213.202,06	3.663,59	797	Correções relativas a exercícios anteriores	194.721,79	5.548,93
698	Outros custos e perdas extraordinárias	15.085,55	13.527,93	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	750.991,88	682.226,15
	Resultados extraordinários	712.086,24	575.750,89				
	Total	1.115.741,66	883.765,73			1.115.741,66	883.765,73

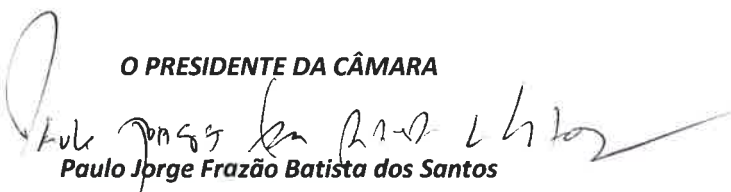
8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes:

Não se verificaram factos relevantes que influenciem a política contabilística adotada e sua comparabilidade com exercícios anteriores.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente:

- 8.3.1 – Modificações do orçamento da receita e da despesa;
- 8.3.2 – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 8.3.3 – Contratação Administrativa;
- 8.3.4 – Transferências e subsídios;
- 8.3.5 – Aplicação em ativos de rendimento fixo e variável;
- 8.3.6 – Endividamento.


O PRESIDENTE DA CÂMARA
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município da Batalha** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 71.073.838,58 euros e um total de fundos próprios de 52.637.964,53 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 564.252,36 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 10.342.448,69 euros de despesa paga e um total de 13.208.132,88 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Batalha em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Leiria, 11 de abril de 2017

LCA SROC

Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C nº 614

